



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

SABRINA QUEIROZ DAS NEVES

**O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL E A ABSTRATIVIZAÇÃO
DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE REALIZADO
NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

Brasília/DF

2014

SABRINA QUEIROZ DAS NEVES

**O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL E A ABSTRATIVIZAÇÃO
DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE REALIZADO
NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

Monografia de conclusão de curso apresentada
como requisito para obtenção de menção na
disciplina Monografia III, do curso de Direito, do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. César Augusto Binder.

Brasília/DF

2014

SABRINA QUEIROZ DAS NEVES

**O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL E A ABSTRATIVIZAÇÃO
DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE REALIZADO
NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

Monografia de conclusão de curso apresentada
como requisito para obtenção de menção na
disciplina Monografia III, do curso de Direito, do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. César Augusto Binder.

Brasília/DF, 14 de maio de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. César Augusto Binder
Orientador

Prof. Paulo Gustavo Medeiros Carvalho
Examinador

Prof. Vetuval Martins Vasconcelos
Examinador

Dedico este trabalho, primeiramente, a DEUS, auxiliador e conselheiro em tudo o que faço. Ao SENHOR, a minha eterna devoção.

Dedico-o, também, ao meu amado esposo André, companheiro de todas as horas. A você, o meu eterno amor.

Dedico-o, ainda, aos meus queridos pais Thamys e Selma, grandes responsáveis pela realização deste sonho. A vocês, a minha eterna gratidão.

Agradeço ao meu orientador, Professor César, pelas indispensáveis orientações para a realização deste trabalho.

Agradeço, também, aos colegas do Supremo Tribunal Federal, onde foi despertado o meu desejo pelo conhecimento sobre o tema objeto desta monografia.

Agradeço, finalmente, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência que o instituto da repercussão geral exerce para a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade realizado no âmbito do recurso extraordinário. Expõe os aspectos gerais acerca do novel requisito de admissibilidade do recurso extremo, bem como acerca do controle de constitucionalidade, enquanto mecanismo de garantia da supremacia da Constituição. Analisa a tese da abstrativização do controle incidental de constitucionalidade realizado no bojo do Supremo Tribunal Federal, expondo suas características, importância e aceitação pela jurisprudência, pela doutrina e pelos legisladores constitucional e processual. Examina, por fim, a repercussão geral como instrumento que contribui para a abstrativização do recurso extraordinário, razão pela qual, em consequência, gera uma mudança de paradigma quanto ao entendimento sobre os efeitos produzidos pela declaração de inconstitucionalidade realizada incidentalmente no âmbito do recurso extraordinário, passando esta a produzir eficácia *erga omnes* (objetiva) e efeitos vinculantes, havendo nítida aproximação entre os controles difuso e concentrado de constitucionalidade nesse contexto.

Palavras-chaves: Direito processual civil; recurso extraordinário; repercussão geral; controle de constitucionalidade; abstrativização do controle difuso de constitucionalidade; eficácia objetiva; efeitos vinculantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A REPERCUSSÃO GERAL.....	11
1.1. Conceito.....	11
1.2. Breve histórico.....	12
1.3. Aspectos legais.....	14
1.4. Finalidades.....	17
1.5. Importância.....	18
1.6. Características.....	20
1.6.1. Relevância e transcendência.....	20
1.6.2. Repercussão geral presumida.....	21
1.6.3. Possibilidade de intervenção do “amicus curiae”.....	22
1.6.4. Competência e quórum para apreciação.....	22
1.6.5. Efeitos.....	23
2. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	26
2.1. Supremacia da Constituição.....	26
2.2. Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	27
2.3. Conceito.....	28
2.4. Breve histórico.....	29
2.5. Modalidades.....	32
2.5.1. Quanto ao momento.....	33
2.5.2. Quanto à natureza.....	33
2.5.3. Quanto à competência.....	36
2.5.3.1. Controle difuso de constitucionalidade.....	36
2.5.3.2. Controle concentrado de constitucionalidade.....	37

2.6. Efeitos.....	38
3. O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL E A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE REALIZADO NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	42
3.1. A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	42
3.1.1. <i>Novo posicionamento sobre os efeitos das decisões proferidas pelo STF em sede de controle difuso de constitucionalidade.....</i>	<i>42</i>
3.1.2. <i>O princípio do “stare decisis” do direito norte-americano.....</i>	<i>43</i>
3.1.3. <i>Importância da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....</i>	<i>44</i>
3.1.4. <i>Mecanismos de abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....</i>	<i>47</i>
3.1.4.1. <i>Mecanismos introduzidos pela jurisprudência.....</i>	<i>47</i>
3.1.4.2. <i>Mecanismos introduzidos pela doutrina.....</i>	<i>50</i>
3.1.4.3. <i>Mecanismos introduzidos pelo legislador.....</i>	<i>52</i>
3.2. A influência do instituto da repercussão geral para a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	53
3.2.1. <i>O recurso extraordinário e o controle difuso de constitucionalidade.....</i>	<i>53</i>
3.2.2. <i>A objetivação do recurso extraordinário.....</i>	<i>54</i>
3.2.3. <i>A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no âmbito do recurso extraordinário.....</i>	<i>57</i>
CONCLUSÕES.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versará sobre a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade e a influência do instituto da repercussão geral para a ocorrência desse fenômeno no âmbito do recurso extraordinário.

No capítulo inicial, serão delineados os aspectos doutrinários e legais da repercussão geral, a qual foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, que acresceu o § 3º ao artigo 102 da Constituição Federal de 1988, consistindo em pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário consubstanciado na exigência de que a matéria constitucional debatida no âmbito do mencionado recurso seja relevante sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e transcendente, ultrapassando os meros interesses subjetivos envolvidos na causa.

A repercussão geral será tratada mediante a exposição de seu breve histórico no plano nacional, bem como, igualmente, das alterações legislativas infraconstitucionais que desenvolveram a previsão constitucional do instituto.

Em seguida, serão apresentadas as suas finalidades, consubstanciadas na delimitação da competência do Supremo Tribunal Federal no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais relevantes e transcendentais, conforme exposto acima, bem como na possibilidade de a Corte Suprema exercer a sua função de uniformizadora da interpretação de matéria constitucional sem a necessidade de processar e julgar vários recursos extraordinários para cumprir esse papel, o que permite a racionalização de sua atividade.

Posteriormente, será demonstrada a importância da repercussão geral como elemento concretizador da razoável duração do processo e da valorização do papel do STF como Corte Constitucional.

Por fim, serão expostas as principais características do instituto, tratando-se com maior destaque sobre os efeitos que decorrem da decisão de mérito proferida no contexto do recurso extraordinário.

No capítulo subsequente, serão delineados os aspectos gerais do controle de constitucionalidade. Essa abordagem pretende, principalmente, elucidar as duas principais modalidades de controle de constitucionalidade, que são o controle difuso e o controle concentrado, a partir, precipuamente, da análise dos efeitos subjetivos que o pronunciamento judicial realizado no âmbito de cada um produz, para o fim de, posteriormente, se verificar que, atualmente, há uma crescente tendência a favor da aproximação entre os mencionados tipos de fiscalização da Constituição.

No último capítulo, será abordado, preliminarmente, o novo posicionamento da doutrina (Fredie Didier Jr., Gilmar Ferreira Mendes, Luís Roberto Barroso, Teori Albino Zavascki e outros) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito ao alcance dos efeitos subjetivos das decisões proferidas pela Corte Suprema em sede de controle difuso de constitucionalidade, momento no qual serão apresentados os aspectos gerais da tese da abstrativização da fiscalização incidental de constitucionalidade, bem como a sua importância para a concretização dos princípios da economia processual, da igualdade perante a lei e da segurança jurídica, e, ainda, das atribuições precípua do Supremo Tribunal de guardar a Lei Maior e de uniformizar a sua interpretação nacionalmente.

Nesse sentido, será analisada a contribuição do instituto da repercussão geral, enquanto elemento de objetivação do recurso extraordinário, para a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade realizado no âmbito do recurso extremo.

Ao final do trabalho, serão apresentadas as conclusões da presente pesquisa, esperando que as mesmas possam contribuir para o despertar de uma reflexão a respeito do assunto, bem como estimular novos debates acerca de tão relevante tema, considerando a atual conjuntura consubstanciada no exacerbado número de processos judiciais em que o Poder Judiciário brasileiro se encontra inserido.

1. A REPERCUSSÃO GERAL

1.1. Conceito

O instituto da repercussão geral foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004. Consiste em mecanismo de filtragem recursal específico do recurso extraordinário, o qual exige, para a admissibilidade deste recurso, a demonstração formal e substancial de relevância social, econômica, jurídica ou política da matéria constitucional ali ventilada, devendo esta ser, também, idônea a ultrapassar os interesses privados das partes envolvidas na causa.¹

Bruno Dantas ensina que:

[...] repercussão geral é o pressuposto especial de cabimento do recurso extraordinário, estabelecido por comando constitucional, que impõe que o juízo de admissibilidade do recurso leve em consideração o impacto indireto que eventual solução das questões constitucionais em discussão terá na coletividade, de modo que se lho terá por presente apenas no caso de a decisão de mérito emergente do recurso ostentar a qualidade de fazer com que parcela representativa de um determinado grupo de pessoas experimente, indiretamente, sua influência, considerados os legítimos interesses sociais extraídos do sistema normativo e da conjuntura política, econômica e social reinante num dado momento histórico.²

Em outras palavras, esclarece Humberto Theodoro Júnior que:

Enquanto a questão jurídica debatida e solucionada estiver adstrita às partes do processo e aos seus interesses apenas, não haverá campo propício ao recurso extraordinário. Para que este se torne viável, é indispensável que a questão individualmente dirimida esteja também sendo objeto de preocupação geral, fora do processo, envolvendo toda a comunidade ou pelo menos grandes e numerosos segmentos da sociedade.³

Ademais, conforme se depreende do conceito acima apresentado, não há dúvida de que o requisito constitucional da repercussão geral se trata de conceito jurídico indeterminado ou vago.⁴ Isto é, não existe, nos diplomas normativos

¹ Artigo 102, § 3º da Constituição Federal de 1988; artigo 543-B, §§ 1º e 2º do Código de Processo Civil de 1973; artigo 322 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

² DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 247-248.

³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Repercussão geral no recurso extraordinário (Lei nº 11.418) e súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 8, n. 48, jul./ago. 2007, p. 108.

⁴ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 235.

pertinentes, delimitação precisa e objetiva do significado de relevância social, econômica, jurídica ou política das questões constitucionais discutidas no âmbito do recurso extraordinário.

Nesse sentido, Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero afirmam, ao referirem-se ao art. 543-A, § 1º do Código de Processo Civil, que:

Ressai de pronto na redação do dispositivo, a utilização de conceitos jurídicos indeterminados, o que aponta imediatamente para a caracterização da relevância e transcendência da questão debatida como algo a ser aquilatado em concreto, nesse ou a partir desse ou daquele caso apresentado ao Supremo Tribunal Federal.⁵

Segundo, ainda, Clarissa Teixeira Paiva, “parte da doutrina, ao questionar o significado de repercussão geral, afirma tratar-se de conceito vago e indeterminado, o qual demanda interpretação caso a caso pelo STF”.⁶

Conclui-se, portanto, que o instituto da repercussão geral consiste em conceito dotado de caráter indeterminado, assumindo definição precisa apenas de forma casuística, a partir da apreciação realizada exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.⁷

1.2. Breve histórico

Historicamente, aponta-se o instituto da arguição de relevância da questão federal discuta no âmbito do recurso extraordinário como antecessor nacional do novel requisito da repercussão geral.

Nessa linha, afirmam Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero que:

No Brasil, antes da instituição da repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário (Emenda Constitucional 45 de 2004; art. 102, § 3.º, da CF), experimentamos o requisito da arguição de relevância da questão afirmada para o seu conhecimento em sede extraordinária (art. 119, III, a e d c/c § 1.º, da CF 1967, alterada pela Emenda Constitucional 1 de 1969 c/c arts. 325, I a XI, e 327, § 1.º, do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental 2 de 1985).⁸

⁵ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 40.

⁶ PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU – Advocacia-Geral da União, Ano VII – Número 17 – Brasília/DF, jul./set. 2008, p. 51.

⁷ Art. 543-A, § 2º. O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação **exclusiva** do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. (grifou-se).

⁸ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 36.

Instituído no ordenamento jurídico brasileiro em 1975⁹, o requisito da arguição de relevância consistia na exigência de que a questão federal tratada no âmbito do recurso extraordinário fosse suficientemente relevante para ensejar a sua apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, funcionando, portanto, como mecanismo de seleção dos recursos extraordinários aptos a serem julgados pela Corte Suprema.¹⁰

Como bem observa Arruda Alvim, “[...] a relevância é um sistema de filtro que permite afastar do âmbito dos trabalhos do Tribunal as causas que não tem efetivamente maior importância e cujo pronunciamento do Tribunal é injustificável”.¹¹

Entretanto, não obstante possuam a mesma função de filtragem recursal, a arguição de relevância e a repercussão geral não se confundem.¹² Explicitando a principal diferença entre os dois institutos, leciona Clarissa Teixeira Paiva que:

A arguição de relevância era exigida para a interposição do recurso extraordinário, mas ela era referente apenas à questão federal. Na época em que a arguição de relevância foi criada, ainda não existia o STJ e o recurso extraordinário servia tanto para a proteção das leis federais quanto da Constituição. Portanto, não era exigida a arguição de relevância quanto às questões constitucionais.¹³

Registra-se, ainda, outra importante distinção entre os dois institutos, a qual levou, inclusive, a arguição de relevância ao descrédito: “a arguição de relevância era apreciada em sessão secreta e resolvida por decisão sem fundamentação, enquanto a repercussão geral é realizada em sessão pública e com decisão motivada”.¹⁴

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a arguição de relevância foi extirpada do nosso sistema jurídico. Em decorrência de ter nascido em

⁹ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 252.

¹⁰ MELLO, Vitor Tadeu Carramão. *A Repercussão Geral e a Arguição de Relevância: uma análise histórica*. Revista da PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, v. 1, n. 2, jul./dez. 2011, Brasília/DF, p. 168-169.

¹¹ Arruda Alvim *apud* GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *A arguição de relevância: a repercussão geral das questões constitucional e federal*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 28.

¹² MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 36.

¹³ PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU, Ano VII – Número 17 – Brasília/DF, jul./set. 2008, p. 55.

¹⁴ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011, p. 744.

pleno regime de ditadura militar, o instituto ruiu diante da mentalidade democrática que direcionava o constituinte de 1988.¹⁵

1.3. Aspectos legais

A repercussão geral foi acrescida no ordenamento jurídico brasileiro em 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, a qual inseriu, no texto constitucional, o § 3º ao artigo 102, o qual traz a seguinte redação:

§ 3º. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Trata-se o dispositivo de norma constitucional de eficácia limitada, pois foi prevista a necessidade de regulamentação mediante legislação ordinária. Consequentemente, em decorrência da falta de regulamentação infraconstitucional para o novel requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, a demonstração da existência de repercussão geral não foi exigida até o advento da Lei nº 11.418/06, a qual modificou o Código de Processo Civil, acrescentando-lhe os artigos 543-A e 543-C, e da Emenda Regimental nº 21 de 2007 ao Regimento Interno do STF.¹⁶

Os artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil estabelecem:

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

§ 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

§ 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 04 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

¹⁵ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 257.

¹⁶ PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU, Ano VII, n. 17 – Brasília/DF, jul./set. 2008, p. 50-51.

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão.

Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

§ 5º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.

O legislador processual optou por regulamentar apenas o conteúdo mínimo da repercussão geral, delegando ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal a regulamentação pormenorizada do instituto no que diz respeito, segundo Bruno Dantas, aos “aspectos relativos ao exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no RE”,¹⁷ conforme prevê o art. 3º da Lei nº 11.418/06. Ressalta o mesmo doutrinador que “[...] não cabe ao RISTF trazer quaisquer regras que tenham conteúdo de processo ou procedimento, pena de usurpação de competência reservada à lei formal”,¹⁸ prevista no artigo 22, inciso I, Constituição Federal.

¹⁷ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 280.

¹⁸ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 279.

Em cumprimento à delegação legislativa, foi editada, pela Suprema Corte, como dito acima, a Emenda Regimental nº 21, que entrou em vigor em 03 de maio de 2007. Referida alteração regimental “[...] acresceu competências ao Presidente da Corte e ao relator do RE, além de fixar parâmetros gerais para a discussão acerca do preenchimento do novel pressuposto”.¹⁹ Prevê o artigo 322, parágrafo único do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal:

Parágrafo único. Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes.

A partir da vigência da Emenda Regimental nº 21/07, todos os recursos extraordinários deverão possuir uma preliminar formal de repercussão geral, pela qual o recorrente deverá demonstrar à Suprema Corte a existência de questões constitucionais relevantes e transcendentais, conforme determinam os dispositivos normativos citados acima.²⁰ Segundo julgamento proferido pelo STF em Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS:

[...] a exigência da demonstração formal e fundamentada, no recurso extraordinário, da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007.²¹

Dessa forma, os recursos extraordinários anteriores a 03 de maio de 2007 não podem ter seu seguimento negado em razão da ausência da preliminar formal de repercussão geral. Somente após a referida data, o recorrente passa a arcar com o “[...] ônus de demonstrar, de forma expressa e formal, com a devida fundamentação, que a questão constitucional debatida no recurso apresenta repercussão geral”,²² sob pena de sua inadmissão.

¹⁹ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 280.

²⁰ PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU, Ano VII, n. 17 – Brasília/DF, jul./set. 2008, p. 51.

²¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AI 664.567 - QO/ RS; Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 18/06/2007; DJ-e: 06-09-2007. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28AI%24.SCLA.+E+664567.NUME.%29+OU+%28AI.ACMS.+ADJ2+664567.ACMS.%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/bam3gho>>. Acesso em: 13 mar. 2014, às 9h.

²² DORNELAS, Henrique Lopes. *Considerações sobre o instituto da repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2878, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19140>>. Acesso em: 9 set. 2013.

1.4. Finalidades

No que tange às finalidades do requisito da repercussão geral, primeiramente, registra-se o escopo de “delimitar a competência do STF, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa”.²³

Com efeito, o filtro da repercussão geral limita as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário, o que permite a racionalização da atuação do Supremo Tribunal, gerando consequências positivas para a máquina judiciária brasileira. Entende Araken de Assis que “[...] o instituto da repercussão geral tem por único propósito restringir o cabimento do extraordinário”.²⁴

Nessa esteira, leciona Paulo César Moraes Pinheiro que:

A finalidade da repercussão geral foi e é, nitidamente, a de restringir a competência do Supremo no julgamento de recursos extraordinários, passando o Tribunal a analisar somente as questões constitucionais de maior envergadura, ou seja, aquelas com notória relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos das partes na causa [...].²⁵

Assim, apesar de a matéria tratada no recurso extraordinário caracterizar-se constitucional, caso ela não possua aspectos relevantes para a sociedade, capazes de atingi-la indiretamente, não há que se falar em conhecimento do recurso, pois não restou cumprido o requisito da repercussão geral.²⁶

Ademais, o instituto da repercussão geral cumpre também a finalidade de “uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o STF decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional”.²⁷

²³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão geral: apresentação do instituto*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

²⁴ ASSIS, Araken de. *Manual dos Recursos*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 750.

²⁵ PINHEIRO, Paulo César Moraes. *Aspectos processuais do recurso extraordinário. Objetivação do controle difuso e aplicação da repercussão geral*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3387, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22770>>. Acesso em: 12 set. 2013.

²⁶ Artigo 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, **não conhecerá do recurso extraordinário**, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo. (grifou-se).

²⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão geral: apresentação do instituto*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

Segundo o artigo 102, *caput*, da Constituição Federal de 1988, cumpre à Corte Constitucional brasileira exercer a função precípua de guardar a Constituição, zelando pela supremacia da ordem constitucional frente às demais normas do ordenamento jurídico brasileiro.

Disso decorre o papel do Supremo Tribunal Federal de uniformizar a interpretação em sede constitucional, sendo que, a partir da instituição da repercussão geral, compete ao Tribunal Constitucional processar e julgar apenas um ou alguns recursos que versem sobre a mesma matéria constitucional, ficando os demais recursos que tratem de casos idênticos sobrestados na origem, aguardando a aplicação do entendimento manifestado pelo STF.²⁸

Dessa forma, segundo Paulo César Morais Pinheiro, o instrumento da repercussão geral, no contexto do Estado Constitucional brasileiro, cumpre o importante papel de:

[...] uniformizar a interpretação constitucional e conferir segurança jurídica e critérios isonômicos a casos semelhantes, sem necessariamente exigir que o STF decida inúmeros casos idênticos sobre a mesma matéria, o que prejudicaria o regular funcionamento da Corte.²⁹

Permite-se, portanto, a uniformização da jurisprudência nacional no que diz respeito à matéria constitucional, zelando-se pela função maior da Corte Suprema de imprimir unidade ao Direito Constitucional brasileiro e, conseqüentemente, ao ordenamento jurídico nacional.³⁰

1.5. Importância

A importância da repercussão geral da controvérsia constitucional como condição de admissibilidade do recurso extraordinário reside na concretização do princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal de 1988, bem como em possibilitar ao Supremo Tribunal Federal o cumprimento de sua função de Corte Constitucional.³¹

²⁸ Artigo 543-B, §§ 1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil de 1973.

²⁹ PINHEIRO, Paulo César Morais. *Aspectos processuais do recurso extraordinário. Objetivação do controle difuso e aplicação da repercussão geral*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3387, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22770>>. Acesso em: 12 set. 2013.

³⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 24.

³¹ AMORIM, Aderbal Torres de. *O novo recurso extraordinário: hipóteses de interposição, repercussão geral, amicus curiae, processamento, jurisprudência, súmulas aplicáveis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 48-49.

No que tange à realização do direito à razoável duração do processo, tem-se que o instrumento da repercussão geral possui o importante papel de desocupar o Supremo Tribunal de demandas sem relevância e transcendência para a coletividade, contribuindo, portanto, para a atuação racionalizada do Tribunal.³²

Isto é, a Corte Suprema passa a não ter mais a obrigação de processar e julgar os recursos extraordinários incapazes de gerar decisões efetivamente importantes para a sociedade. Em consequência, viabiliza-se o processamento mais célere das demandas que chegam aptas para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse ínterim, afirma-se que o instrumento da repercussão geral “trata-se de salutar expediente que visa a [...] patrocinar sensível economia processual, racionalizando a atividade judicial [...]”.³³

Segundo Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero:

[...] a adoção de um mecanismo de filtragem recursal como a repercussão geral encontra-se em absoluta sintonia com o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e, em especial, com o direito fundamental a um processo com duração razoável. Guardam-se as delongas inerentes à tramitação do recurso extraordinário apenas quando o seu conhecimento oferecer-se como um imperativo para a ótima realização da unidade do Direito no Estado Constitucional brasileiro.³⁴

Em relação à valorização do papel do STF como Corte Constitucional, afirma Nelson Oscar de Souza, retratando momento anterior à exigência da demonstração da repercussão geral no recurso extremo, que:

A introdução do conceito de repercussão geral como critério de admissibilidade do recurso extraordinário perante a Suprema Corte constitui afirmação da relevância desses julgados e o reconhecimento do que deve ser o tribunal das grandes questões nacionais. Hoje – soterrado sob uma centena de milhares de demandas –, não passa de um juizado muito especial de pequenas causas visando à solução de interesses meramente individuais e sem qualquer repercussão nacional.³⁵

³² MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 24.

³³ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 24.

³⁴ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 22-23.

³⁵ Nelson Oscar de Souza *apud* AMORIM, Aderbal Torres de. *O novo recurso extraordinário: hipóteses de interposição, repercussão geral, amicus curiae, processamento, jurisprudência, súmulas aplicáveis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 48.

Dessa forma, o órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro passa a depender seus recursos e tempo para processar e julgar, em sede de recurso extraordinário, somente as causas que possuam repercussão geral, viabilizando o cumprimento de seu papel uniformizador do ordenamento jurídico nacional.

1.6. Características

1.6.1. Relevância e transcendência

A questão constitucional objeto de discussão no recurso extraordinário deve ser dotada de repercussão geral para possibilitar o processamento e julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal. Isto é, a matéria debatida deverá ser dotada de relevância e transcendência. Em outras palavras, é o que afirmam Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero:

A fim de caracterizar a existência de repercussão geral, e, destarte, viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário, nosso legislador alçou mão de fórmula que conjuga relevância e transcendência (repercussão geral = relevância + transcendência). A questão debatida tem de ser relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, além de transcender para além do interesse subjetivo das partes da causa.³⁶

A legislação processual civil exige que a relevância da matéria constitucional discutida deva ser analisada sob os aspectos econômico, social, político ou jurídico. Basta, para a caracterização da relevância, a configuração de apenas um desses aspectos.³⁷

Ademais, exige-se também que a questão de mérito do recurso extremo seja dotada de transcendência, o que significa que deve ser idônea a ultrapassar os interesses subjetivos das partes recursais, transbordando para fora dos limites da demanda. Isto é, deve ser capaz de refletir nos interesses da coletividade.³⁸

Ainda no que diz respeito à característica da transcendência, ensinam Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero que:

A transcendência da controvérsia constitucional levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pode ser caracterizada

³⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 40.

³⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 43.

³⁸ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 247.

tanto em uma perspectiva qualitativa como quantitativa. Na primeira, sobrepõe para individualização da transcendência o importe da questão debatida para a sistematização e desenvolvimento do direito; na segunda o número de pessoas susceptíveis de alcance, atual ou futuro, pela decisão daquela questão pelo Supremo e, bem assim, a natureza do direito posto em causa (notadamente, coletivo ou difuso).³⁹

A análise da existência de relevância e transcendência da questão constitucional discutida em sede de recurso extraordinário cabe exclusivamente à Corte Suprema, que, para tal, deverá emitir decisão em julgamento público e motivado, em respeito aos artigos 93, IX da Constituição Federal de 1988.⁴⁰

1.6.2. *Repercussão geral presumida*

O Código de Processo Civil, em seu artigo 543-A, § 3º, prevê, por presunção, que existirá repercussão geral sempre que a decisão impugnada pelo recurso extremo for contrária a súmula ou jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal.⁴¹

Entende Aderbal Torres de Amorim que tal hipótese de presunção é do tipo *juris et de jure*, tendo em vista que basta que o recurso impugne decisão contrária à súmula ou jurisprudência predominante da Corte Constitucional do país, que se presume existente a repercussão geral.⁴²

Segundo Bruno Dantas, “[...] a opção manifestada no § 3º do art. 543-A do CPC, à evidência, traz ilustração de aspecto jurídico que pode ser considerado como ostentador de repercussão geral”. Isto é, o legislador processual teria previsto expressamente hipótese de configuração de relevância sob o ponto de vista jurídico, conforme determina o artigo 543-A, § 1º, CPC.

Afirma, ainda, Humberto Theodoro Júnior que:

Exemplos de relevância jurídica para justificar o conhecimento do recurso extraordinário encontram-se no § 3º do art. 543-A [...]. Explica-se o preceito como consequência natural do papel atribuído institucionalmente do STF, que é o de “uniformizar a interpretação da

³⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 44.

⁴⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 56.

⁴¹ Art. 543-A, § 3º. Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

⁴² AMORIM, Aderbal Torres de. *O novo recurso extraordinário: hipóteses de interposição, repercussão geral, amicus curiae, processamento, jurisprudência, súmulas aplicáveis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p.52-53.

Constituição”. Por isso, “decisões contrárias ao seu entendimento não podem ser mantidas”. O recurso extraordinário não pode ser vetado na espécie, porque é instrumento necessário e adequado para a pacificação interpretativa em matéria constitucional.⁴³

Conclui-se, portanto, que tal previsão legal permite que o Tribunal Supremo confirme sua jurisprudência em sede de recurso extraordinário, mantendo a unidade na interpretação do direito constitucional.

1.6.3. Possibilidade de intervenção do “amicus curiae”

Segundo Cassio Scarpinella Bueno, *amicus curiae* é um “terceiro que intervém no processo por convocação judicial ou por livre iniciativa para fornecer ao juízo elementos reputados como importantes, úteis, quiçá indispensáveis, para o julgamento da causa”.⁴⁴

A possibilidade de intervenção do *amicus curiae* durante a análise da repercussão geral está prevista no artigo 543-A, § 6º, CPC. Esclarece Humberto Theodoro Júnior que:

Pode o Relator, durante a análise da repercussão geral, permitir intervenção de terceiros interessados, por meio de procurador habilitado, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do STF (art. 543-A, § 6º). Essas manifestações se justificam em face da repercussão que o julgamento pode ter sobre outros recursos, além daquele *sub apretiatione* no momento (art. 543-B).⁴⁵

Dessa forma, considerando que o recurso extraordinário é um dos principais instrumentos de acesso ao STF, permite-se uma interpretação plural da Constituição Federal de 1988, o que reforça o caráter democrático da Carta Magna.⁴⁶

1.6.4. Competência e quórum para apreciação

⁴³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Repercussão geral no recurso extraordinário (Lei nº 11.418) e súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 8, n. 48, jul./ago. 2007, p. 110.

⁴⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p.125.

⁴⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Repercussão geral no recurso extraordinário (Lei nº 11.418) e súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 8, n. 48, jul./ago. 2007, p. 110.

⁴⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 48.

Cabe ao Supremo Tribunal Federal, com exclusividade, a análise acerca da existência ou não da repercussão geral das questões constitucionais levadas a este Tribunal mediante recurso extraordinário.⁴⁷

Ademais, para que a repercussão geral seja recusada, e, conseqüentemente, haja decisão no sentido de inadmissibilidade do recurso extremo, é necessário o quórum constitucional de 2/3 dos membros do Plenário da Corte Constitucional, conforme preceitua o art. 102, § 3º, Constituição Federal.⁴⁸

A esse respeito, afirma Bruno Dantas que:

[...] ao exigir *quorum* qualificadíssimo, o constituinte derivado acenou à sociedade que a regra continua a ser o cabimento do RE. A exceção é a inadmissibilidade, e ela só ocorrerá, nesse caso, quanto estiver claro, para ao menos oito ministros, que a questão constitucional em debate tem por pano de fundo exclusivamente a irresignação do recorrente com o resultado desfavorável, sem qualquer perspectiva de o julgamento ali pronunciado servir para além dos limites estritamente subjetivos das duas partes.⁴⁹

Nesse sentido, Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero entendem que é “adequado [...] afirmar que existe verdadeira presunção de repercussão geral das questões levadas ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pela via do recurso extraordinário”.⁵⁰

Assim, apenas pela maioria qualificada do Supremo Tribunal Federal poderá o recurso extraordinário ter seu seguimento negado com base na ausência de repercussão geral, o que permite, inclusive, compensar a indeterminação do conceito do novel filtro recursal.⁵¹

1.6.5. Efeitos

Existem dois momentos relevantes no que tange ao processamento do recurso extraordinário. Primeiramente, registra-se a fase da admissibilidade

⁴⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Repercussão geral no recurso extraordinário (Lei nº 11.418) e súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 8, n. 48, jul./ago. 2007, p. 104.

⁴⁸ Art. 102, § 3º. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, **somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros**. (grifou-se).

⁴⁹ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 222.

⁵⁰ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 54.

⁵¹ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 221-222.

recursal, na qual se verificará admissão ou inadmissão da existência da repercussão geral da questão constitucional.⁵² Segundo, registra-se a fase de julgamento, na qual se profere a decisão de mérito do recurso extraordinário conhecido pelo Supremo Tribunal Federal.⁵³

Em relação à primeira fase, ocorre que a decisão da Corte Suprema pela inexistência da repercussão geral de questão constitucional veiculada em recurso extraordinário vinculará a inadmissão dos demais recursos que versem sobre idêntica matéria constitucional. É o que Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero chamam de “efeito pan-processual”:

O não reconhecimento da repercussão geral de determinada questão constitucional tem efeito pan-processual, no sentido de que se espraia para além do processo que fora acertada a inexistência de relevância e transcendência da controvérsia levada ao Supremo Tribunal Federal. O primeiro efeito pragmático oriundo desse não reconhecimento está em que outros recursos fundados em idêntica matéria não serão conhecidos liminarmente, estando o Supremo Tribunal Federal a negar-lhes seguimento de plano (art. 543-A, § 5.º, do CPC).⁵⁴

Nesse sentido, também esclarece Bruno Dantas que:

[...] se o STF deixar de conhecer dos recursos representativos da controvérsia, mediante a manifestação de ao menos oito ministros, por entender que as questões constitucionais neles discutidas não se revestem de repercussão geral, essa decisão irradiará efeitos vinculantes sobre os recursos que se encontravam sobrestados na origem, e eles estarão automaticamente inadmitidos.⁵⁵

Ademais, passada a fase de admissibilidade, sendo reconhecida a existência de repercussão geral, haverá a emissão da decisão de mérito do recurso. Nesse caso, aplica-se o artigo 543-B, § 1º, Código de Processo Civil. Novamente, segundo Bruno Dantas:

Decidido, pelo STF, o mérito dos recursos extraordinários representativos da controvérsia, os recursos sobrestados na instância de origem não terão sua subida ordenada imediatamente. [...] a análise desses recursos será feita pelos tribunais, turmas de uniformização ou turmas recursais, conforme o caso, mas terão sua participação adstrita a uma de duas medidas possíveis: i) declarar a

⁵² VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 46.

⁵³ VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 51.

⁵⁴ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 62.

⁵⁵ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 331.

prejudicialidade dos recursos anteriormente sobrestados, quando o STF tiver, no mérito, negado provimento ao RE representativo da controvérsia; ou ii) exercer juízo de retratação ou manter sua decisão anterior, quando o STF tiver provido o RE representativo da controvérsia.⁵⁶

Na hipótese de provimento do recurso extraordinário representativo da controvérsia, caso o juízo de origem opte por manter sua decisão, recusando-se, assim, a retratar-se, o STF estará autorizado a cassar ou reformar liminarmente essa decisão, o que é previsto pelo artigo 543-B, § 4º, Código de Processo Civil.⁵⁷

A tendência é que a decisão de mérito do recurso extremo proferida pela Corte Suprema seja recepcionada pelas instâncias julgadoras de origem, aplicando-se, em consequência, o entendimento do STF aos recursos que versem sobre idêntica controvérsia constitucional, não havendo a necessidade de remessa de milhares de recursos ao Tribunal. Em caso contrário, como dito acima, a Corte Constitucional está autorizada a cassar ou reformar liminarmente a decisão mantida em contrariedade ao que foi decidido por aquele que tem a prerrogativa de dar a última palavra em matéria constitucional.

Conclui-se, assim, que, concebido como pressuposto para a admissibilidade do recurso extraordinário, o instituto da repercussão geral exerce a valorosa função de concretizar o princípio da celeridade processual no âmbito do Supremo Tribunal Federal, viabilizando, também, a uniformização da jurisprudência nacional em sede constitucional.

⁵⁶ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 332.

⁵⁷ Art. 543-B, § 4º. Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, **cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada**. (grifou-se).

2. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

2.1. Supremacia da Constituição

O princípio da supremacia da Constituição confere às normas constitucionais *status* de superioridade hierárquica em relação às demais normas que compõem o ordenamento jurídico brasileiro.⁵⁸

Decorre do reconhecimento de que a Constituição Federal está no topo da pirâmide representativa do ordenamento jurídico brasileiro o entendimento de que esta norma superior deve ser fundamento de validade para todas as outras normas, isto é, todos os demais diplomas normativos devem guardar relação de compatibilidade ou pertinência com a Constituição Federal, sob pena de nulidade.⁵⁹

Segundo Hans Kelsen:

Todas as normas cuja validade pode ser reconduzida a uma e mesma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem normativa. A norma fundamental é a fonte comum da validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa, o seu fundamento de validade comum. O fato de uma norma pertencer a uma determinada ordem normativa baseia-se em que o seu último fundamento de validade é a norma fundamental desta ordem. É a norma fundamental que constitui a unidade de uma pluralidade de normas enquanto representa o fundamento da validade de todas as normas pertencentes a essa ordem normativa.⁶⁰

Em outras palavras, elucida Luís Roberto Barroso que:

A Constituição, portanto, é dotada de superioridade jurídica em relação a todas as normas do sistema e, como consequência, nenhum ato jurídico pode subsistir validamente se for com ela incompatível.⁶¹

Vale ressaltar, ainda, que a Constituição brasileira não possui apenas superioridade material, sendo dotada também de superioridade formal resultante de seu caráter rígido. Constituição rígida é aquela que somente poderá ser emendada mediante processo legislativo mais solene que o utilizado para a

⁵⁸ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 53.

⁵⁹ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 54.

⁶⁰ KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 217.

⁶¹ BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 84.

edição de leis infraconstitucionais, o que demonstra sua superioridade formal no sistema jurídico.⁶²

Com efeito, em razão do Princípio da Supremacia da Constituição, será considerado eivado pelo vício da inconstitucionalidade todo dispositivo normativo que contrariar, formal ou materialmente, os imperativos da Carta Magna.⁶³

2.2. Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material

O vício de inconstitucionalidade, dentre outras classificações doutrinárias possíveis, pode ser subdivido em dois tipos principais, quais sejam: a inconstitucionalidade formal e a inconstitucionalidade material.

A inconstitucionalidade formal decorre da inobservância das normas constitucionais que regem o processo legislativo.⁶⁴ Segundo assenta Kildare Gonçalves Carvalho, a inconstitucionalidade formal subdivide-se em inconstitucionalidade orgânica e inconstitucionalidade propriamente dita.⁶⁵

Primeiramente, no que tange à inconstitucionalidade orgânica, dispõe o autor que esta decorre da “inobservância de regra de competência para a edição do ato, ou do vício de competência do órgão de que promana o ato normativo”.⁶⁶ Isto é, o ato normativo é considerado inconstitucional por ter sido editado por ente federativo incompetente para legislar sobre determinada matéria, ou é considerado contrário à Constituição por não obedecer às regras constitucionais sobre iniciativa para a propositura de projetos de lei.

Ademais, a inconstitucionalidade formal propriamente dita é oriunda do descumprimento do processo legislativo previsto constitucionalmente para a edição do ato normativo.⁶⁷ Assim, enquanto a inconstitucionalidade orgânica restringe-se à fase de iniciativa dos projetos de lei, a inconstitucionalidade formal

⁶² CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 320.

⁶³ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 25.

⁶⁴ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 712.

⁶⁵ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 325.

⁶⁶ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 325.

⁶⁷ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 325.

propriamente dita refere-se às outras fases do processo legislativo utilizado para a edição de leis.⁶⁸

Por sua vez, existe, ainda, a denominada inconstitucionalidade material. Esta decorre da incompatibilidade do conteúdo da norma com o regramento constitucional.⁶⁹ Em outras palavras, a inconstitucionalidade material leva em consideração o aspecto substancial do ato normativo, isto é, assenta-se no fato de a norma possuir em seu corpo texto contrário às diretrizes constitucionais.

Encontrando-se o ato normativo eivado de vício de inconstitucionalidade, seja ela formal ou material, deve ter ele sua aplicação afastada, o que se realiza mediante o controle de constitucionalidade.

2.3. Conceito

O controle de constitucionalidade, previsto no texto constitucional, é o principal instrumento garantidor da Supremacia da Constituição,⁷⁰ pois permite a verificação da validade do ordenamento jurídico brasileiro em face de sua Lei Maior.

Nesse sentido, afirma Ivo Dantas:

Estando assentada a Supralegalidade do texto constitucional, decorreria a urgente necessidade de evitar-se que dita superioridade fosse “vã expressão impunemente violada pelos órgãos do Estado”, conforme nos ensina BURDEAU em seu *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*. Para tanto, no plano do Direito Positivo, os textos passaram a consagrar princípios de técnica legislativa com a finalidade de fazer valer a superioridade de suas normas frente às demais e aos atos administrativos, através dos procedimentos denominados de Guarda da Constituição.⁷¹

Segundo, ainda, Alexandre de Moraes, “controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação (compatibilidade) de uma lei ou de um ato normativo com a constituição, verificando seus requisitos formais e materiais”.⁷²

⁶⁸ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 713.

⁶⁹ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 327.

⁷⁰ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 26.

⁷¹ DANTAS, Ivo. *O valor da constituição: do controle da constitucionalidade como garantia da supralegalidade constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 52.

⁷² MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 712.

Dessa forma, o instituto do controle de constitucionalidade permite que as normas constitucionais e infraconstitucionais eivadas de vício de inconstitucionalidade, seja esta material ou formal, tenham sua aplicação afastada, garantindo-se a superioridade da Lei Maior.

2.4. Breve Histórico

A Constituição Imperial de 1824 nada previa acerca do controle jurisdicional de constitucionalidade, estabelecendo, em seu artigo 15, inciso IX, que a guarda da Constituição competia ao Poder Legislativo.⁷³

Apenas com a Constituição Republicana de 1891 é que o controle jurisdicional de constitucionalidade iniciou a sua evolução histórica no direito pátrio. Celso Ribeiro Bastos afirma que a Carta Magna de 1891 “como mais importante novidade, instaurava a competência do Judiciário para examinar a adequação ou não de determinada disposição com o Texto Maior”.⁷⁴ Inaugurava-se, assim, no sistema jurídico brasileiro, o controle difuso de constitucionalidade.⁷⁵

Na Constituição de 1934 foi mantido o controle incidental de constitucionalidade. Destaca-se, porém, que houve importantes inovações com o advento desta Constituição. Olavo Alves Ferreira salienta que, dentre tais inovações, “a mais importante foi a previsão da representação interventiva”,⁷⁶ pois consistiu em “verdadeiro marco na progressão do país rumo a um controle direto de constitucionalidade”.⁷⁷ Tal previsão trouxe a possibilidade de a Corte Suprema declarar a inconstitucionalidade de lei de âmbito estadual (art. 12), após ser provocada pelo Procurador Geral da República, desde que ocorresse violação de algum dos princípios constitucionais sensíveis.⁷⁸

⁷³ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 69.

⁷⁴ Celso Ribeiro Bastos *apud* FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 32.

⁷⁵ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 32.

⁷⁶ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 33.

⁷⁷ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 32.

⁷⁸ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 32.

Entretanto, com o advento do regime ditatorial de Getúlio Vargas, foi outorgada a Constituição de 1937, pela qual o controle de constitucionalidade sofreu retrocesso.⁷⁹ Isso ocorreu tendo em vista que, apesar da manutenção do controle difuso de constitucionalidade, na Constituição do Estado Novo houve a previsão, em seu art. 97, parágrafo único, da possibilidade de o “Presidente da República submeter o pronunciamento judicial da inconstitucionalidade ao Parlamento, que poderia confirmar, por sua vez, a eficácia da lei por dois terços de cada uma das Câmaras”.⁸⁰ Em outras palavras, houve, à época, a sujeição das decisões dos tribunais sobre declaração de inconstitucionalidade à possibilidade de reexame da matéria pelo Parlamento.

Em 1946, a ditadura imposta pelo Estado Novo foi superada, renascendo a democracia no Brasil. Nesse momento da história nacional, foi promulgada a Constituição de 1946, pela qual houve a “outorga de competência ao Judiciário acerca da última palavra sobre a constitucionalidade”.⁸¹ Mas foi somente em 1965, mediante a Emenda Constitucional nº 16, que ocorreu a introdução, no ordenamento jurídico pátrio, do controle concentrado de constitucionalidade.⁸² A citada emenda constitucional alterou a redação da alínea “k”, do artigo 101, inciso I, da Constituição de 1946, prevendo a competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgar “a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador Geral da República”.⁸³

Conforme ensina Olavo Alves Ferreira:

Foi a partir desta reforma que ocorreu a introdução, no ordenamento jurídico pátrio, do controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, verdadeira fiscalização constitucional abstrata, genérica, de norma em tese, isto é, livre de qualquer caso concreto, com a única finalidade de preservar o

⁷⁹ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 74.

⁸⁰ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 74.

⁸¹ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 33.

⁸² MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 76.

⁸³ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 33.

ordenamento jurídico em benefício da supremacia do Texto Fundamental.⁸⁴

A partir da Constituição de 1946 surgiu, assim, o sistema misto de controle de constitucionalidade das leis, perpetuando-se tanto o controle difuso quanto o controle concentrado.⁸⁵

Quanto à Constituição de 1967 e à Emenda Constitucional nº 01/1969, leciona José Renato Martins que tais textos constitucionais “conservaram, em linhas gerais [...] o novo instituto de controle de constitucionalidade introduzido pela Emenda Constitucional nº 16/1965”,⁸⁶ passando a coexistir, como observado acima, o controle incidental com o controle abstrato.

Com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, o controle de constitucionalidade continuou a se desenvolver no direito brasileiro, possuindo papel de destaque como garantidor da superioridade normativa da Carta Magna.

Elucida Daniel Marinho Corrêa que:

A Carta Cidadã sedimentou o modelo híbrido, mantendo os controles difuso e concentrado. Evidente que ocorreram inovações, essas não se restringem apenas ao texto original de 1988, pois continuaram ocorrendo posteriormente – pelas emendas constitucionais, bem como pela legislação infraconstitucional.⁸⁷

No que tange ao controle concreto de constitucionalidade, a Constituição Federal de 1988 manteve, basicamente, os mesmos moldes daquilo já existente no Brasil. As verdadeiras inovações ocorreram em sede de controle abstrato de constitucionalidade.

Dentre as principais inovações ocorridas no controle concentrado de constitucionalidade, cita-se a sensível ampliação do rol dos legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, previsto no artigo 103 da

⁸⁴ FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003, p. 33.

⁸⁵ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 76.

⁸⁶ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 77.

⁸⁷ CORRÊA, Daniel Marinho. *O controle de constitucionalidade das leis a partir da Constituição de 1988*. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9845&revista_caderno=9>. Acesso em: 17 nov. 2013.

Constituição Federal de 1988. Antes de tal previsão, somente o Procurador Geral da República era legitimado para a propositura da citada ação.⁸⁸

Ademais, vale registrar a criação de novas ações responsáveis pelo controle concentrado de constitucionalidade, além das já existentes ação direta de inconstitucionalidade genérica e ação direta de inconstitucionalidade interventiva, que são a ação declaratória de constitucionalidade, a ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão, e a arguição de descumprimento de preceito fundamental.⁸⁹

Registra-se, também, que, com a Emenda Constitucional n. 3, de 17 de março de 1993, o § 2º do artigo 102 da Carta Magna passou a prever efeitos vinculantes para as decisões proferidas em sede de ação declaratória de constitucionalidade. Observa, ainda, Henrique Savonitti Miranda que “posteriormente, com a edição das Leis n. 9.868/99 e n. 9.882/99, a produção de efeitos vinculantes foi estendida a todas as ações de controle concentrado de constitucionalidade, o que também foi ratificado pela Emenda Constitucional nº 45/04”.⁹⁰

Como se observa, o legislador tem emprestado maior prestígio ao controle concentrado de constitucionalidade, em decorrência da busca por uma maior estabilidade e segurança jurídica do sistema político e jurídico, já que é própria do controle em abstrato a produção de efeitos vinculantes e contra todos.⁹¹

2.5. Modalidades

⁸⁸ MIRANDA, Henrique Savonitti. *Os efeitos das decisões de controle de constitucionalidade proferidas pelo STF*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-a-consolidacao-das-instituicoes/jurisducao-constitucional-os-efeitos-das-decisoes-de-controle-de-constitucionalidade-proferidas-pelo-stf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

⁸⁹ CORRÊA, Daniel Marinho. *O controle de constitucionalidade das leis a partir da Constituição de 1988*. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9845&revista_caderno=9>. Acesso em: 17 nov. 2013.

⁹⁰ MIRANDA, Henrique Savonitti. *Os efeitos das decisões de controle de constitucionalidade proferidas pelo STF*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-a-consolidacao-das-instituicoes/jurisducao-constitucional-os-efeitos-das-decisoes-de-controle-de-constitucionalidade-proferidas-pelo-stf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

⁹¹ CORRÊA, Daniel Marinho. *O controle de constitucionalidade das leis a partir da Constituição de 1988*. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9845&revista_caderno=9>. Acesso em: 17 nov. 2013.

2.5.1. Quanto ao momento

Quanto ao momento, o controle de constitucionalidade pode ser classificado em controle preventivo e controle repressivo.⁹²

Controle preventivo é aquele realizado antes da edição da norma, possuindo como objetivo evitar que alguma lei evada do vício de inconstitucionalidade ingresse no ordenamento jurídico.⁹³ Dessa forma, é realizado sempre no âmbito do processo legislativo.⁹⁴

O controle repressivo de constitucionalidade, por sua vez, busca expurgar do ordenamento jurídico norma já editada em incompatibilidade com a ordem constitucional⁹⁵, sendo realizado, portanto, somente após a promulgação das leis.⁹⁶

2.5.2. Quanto à natureza

O controle de constitucionalidade, quanto à natureza, pode ser classificado em controle jurisdicional e controle político.⁹⁷

O controle jurisdicional é aquele realizado pelos órgãos integrantes do Poder Judiciário, admitindo, em regra, a forma repressiva de controle. Aponta Alexandre de Moraes que esta modalidade é a regra adotada no Brasil.⁹⁸ Registra-se, ainda, que o controle judiciário se subdivide em controle difuso e o controle concentrado de constitucionalidade.⁹⁹

Excepcionalmente, o controle jurisdicional poderá ser preventivo. Segundo Juliano Fernandes Escoura, o Poder Judiciário exercerá o controle prévio por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar que vise a reprimir

⁹² MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 81.

⁹³ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 714.

⁹⁴ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 718.

⁹⁵ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 714.

⁹⁶ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 81.

⁹⁷ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 80.

⁹⁸ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 715.

⁹⁹ VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 35.

proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusula pétrea prevista no § 4º do artigo 60 da Constituição Federal de 1988.¹⁰⁰ Ampliando esse entendimento para outros casos que envolvam não só edição de emenda constitucional violadora de cláusula pétrea, mas também a violação do devido processo legislativo estabelecido pela Constituição Federal para a edição de leis e emendas constitucionais, o Tribunal Pleno do STF, em 2013, assim se pronunciou quando do julgamento do Mandado de Segurança n. 32033/DF:

Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não.¹⁰¹

O controle político das leis é aquele realizado pelos demais Poderes da República, isto é, pelo Legislativo e pelo Executivo. Esta modalidade, no que tange ao Poder Legislativo, pode ser do tipo preventivo e repressivo. Em relação ao Poder Executivo, admite-se apenas a forma preventiva.¹⁰²

Preventivamente, o Poder Legislativo realiza o controle de constitucionalidade no âmbito das comissões permanentes de constituição e justiça, cuja “função precípua é analisar a compatibilidade do projeto de lei ou proposta de emenda constitucional apresentados com o texto da Constituição Federal”.¹⁰³

¹⁰⁰ ESCOURA, Juliano Fernandes. *Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade*. Repertório de jurisprudência IOB, 2ª quinzena de fevereiro de 2009, n. 04/2009, Volume I, p. 167-168.

¹⁰¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 32033/DF; Relator: Min. GILMAR MENDES; Relator para o Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 20/06/2013; DJ-e: 18/02/2014. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28controle+jurisdicional+preventivo%29&base=baseAcordados&url=http://tinyurl.com/qat39sj>>. Acesso em: 13 mar. 2014, às 9h.

¹⁰² MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 718-720.

¹⁰³ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 718.

No que tange ao controle repressivo, o Poder Legislativo o fará em duas hipóteses. A primeira hipótese está prevista no artigo 49, V da Constituição Federal de 1988, o qual prevê que compete privativamente ao Congresso Nacional “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”.¹⁰⁴ Dessa forma, poderá o Poder Legislativo obstar a vigência de decreto presidencial ou de lei delegada que desrespeitou a forma constitucional quando de sua edição. A segunda hipótese refere-se ao artigo 62 da Constituição Federal, o qual prevê que a medida provisória, depois de editada pelo Presidente da República, deve ser submetida imediatamente ao Congresso Nacional, que poderá rejeitá-la com base em sua inconstitucionalidade.¹⁰⁵

O Poder Executivo realiza o controle de constitucionalidade na modalidade preventiva, quando do veto presidencial de leis. Isto é, compete ao Presidente da República vetar projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional por entendê-los inconstitucionais, nos termos do artigo 66, § 1º da Constituição Federal de 1988, o que se denomina de veto jurídico.¹⁰⁶

No que tange ao controle de constitucionalidade na modalidade repressiva realizado pelo Poder Executivo, José Cláudio Carneiro Filho elucida que “o controle repressivo da constitucionalidade, quando realizado pelo Executivo, se traduz na rejeição de normas legais por considerá-las incompatíveis com a Constituição Federal.”¹⁰⁷ Trata-se, porém, de tema polêmico na doutrina.

Nesse ponto, cumpre registrar que o STF entendeu, quando do julgamento de medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 221/DF, que é possível ao Poder Executivo determinar aos seus “órgãos subordinados que deixem de aplicar administrativamente as leis ou atos com força de lei que

¹⁰⁴ Artigo 49, inciso V, Constituição Federal de 1988.

¹⁰⁵ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 719.

¹⁰⁶ Art. 66, § 1º. Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou contrário ao interesse público, **vetá-lo-á total ou parcialmente**, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. (grifou-se).

¹⁰⁷ CARNEIRO FILHO, José Cláudio. *Breves anotações sobre o controle de constitucionalidade no Brasil*. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima3-Jose-Claudio-Carneiro-Filho.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

considerem inconstitucionais”. Nesse sentido, o mencionado Poder da República estaria exercendo controle de constitucionalidade na modalidade repressiva.^{108_109}

2.5.3. Quanto à competência

Quanto à competência, o controle de constitucionalidade se classifica em controle difuso e controle concentrado.¹¹⁰

2.5.3.1. Controle difuso de constitucionalidade

O controle difuso ou por via de exceção é aquele realizado incidentalmente em uma ação judicial em curso, não consistindo, assim, no mérito da demanda, mas apenas incidente que deve ser ultrapassado para que se possa julgar o objeto principal da lide.¹¹¹

Nessa esteira, leciona Paulo Bonavides que:

O controle por via de exceção, aplicado às inconstitucionalidades legislativas, ocorre unicamente dentro das seguintes circunstâncias: quando, no curso de um pleito judiciário, uma das partes levanta, em defesa de sua causa, a objeção de inconstitucionalidade da lei que se lhe quer aplicar.¹¹²

Nesse modo de controle de constitucionalidade, “a fiscalização constitucional é realizada por todos os órgãos judiciais do ordenamento”¹¹³, ou seja, compete a todos os órgãos jurisdicionais, no âmbito de sua competência material, inclusive ao Supremo Tribunal Federal, realizar o controle de constitucionalidade das leis que aplicam ao caso concreto.

No que diz respeito ao controle difuso realizado no âmbito de todos os Tribunais, mais especificamente em se tratando de declaração de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, aplica-se o art. 97 da Constituição

¹⁰⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADI 221 – MC/DF; Relator: Min. MOREIRA ALVES; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 29/03/1990; DJ de 22/10/1993*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346262>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

¹⁰⁹ O STJ também já se manifestou sobre o ponto, posicionando-se no sentido de que cabe ao Poder Executivo exercer o controle repressivo de constitucionalidade, devendo “negar execução a ato normativo que lhe pareça inconstitucional” (REsp 23121/GO, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros; 1.ª T., j. 06/10/1993, DJ de 08.11.1993, p. 23251, LEXSTJ 55/152).

¹¹⁰ MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 82.

¹¹¹ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 178.

¹¹² BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 302.

¹¹³ DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. *Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais*. São Paulo: Atlas. 2011, p. 77.

Federal de 1988, o qual prevê o princípio da reserva de plenário.¹¹⁴ Assim estatui o citado artigo:

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Segundo Regina Maria Macedo Nery Ferrari, o princípio da reserva de plenário estabelece que:

Se o órgão fracionário julgador considerar que existe a inconstitucionalidade da norma inquinada, norma essa cuja aplicabilidade é pressuposto para a solução do conflito, deverá suspender o julgamento e remeter a questão constitucional para o tribunal ou órgão especial respectivo.¹¹⁵

Conforme se extrai da literalidade do dispositivo constitucional retro citado, somente pela maioria absoluta de seus membros o órgão julgador poderá declarar a inconstitucionalidade da norma impugnada, e, conseqüentemente, afastar a sua aplicação no caso concreto.

Em conclusão, conforme já afirmado acima, o controle difuso de constitucionalidade foi a primeira modalidade de controle de constitucionalidade introduzido no Brasil, consistindo em importante instrumento para a garantia da supremacia da Constituição, principalmente porque permite a todas as instâncias julgadoras fiscalizar a compatibilidade das leis e atos normativos com a Lei Maior.

2.5.3.2. Controle concentrado de constitucionalidade

Por sua vez, o controle concentrado de constitucionalidade é aquele realizado como objeto principal da ação judicial, isto é, independe da existência de caso concreto. Segundo Paulo Bonavides, “o sistema de controle por via de ação permite o controle da norma *in abstracto* por meio de uma ação de inconstitucionalidade prevista formalmente no texto constitucional”.¹¹⁶

No controle abstrato, “[...] uma Corte Constitucional (ou Suprema Corte) é a responsável pelo julgamento da alegação de inconstitucionalidade,

¹¹⁴ FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. *Do princípio da reserva de plenário à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3207, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21494>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

¹¹⁵ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 197.

¹¹⁶ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 307.

concentrando o poder de controle judicial de constitucionalidade”.¹¹⁷ No Brasil, compete somente ao Supremo Tribunal Federal a realização do controle concentrado de constitucionalidade de leis frente à Constituição Federal.

Elucida, ainda, José Joaquim Gomes Canotilho que:

O controle abstrato de normas não é um processo contraditório de partes; é sim, um processo que visa sobretudo a defesa da Constituição e da legalidade democrática através da eliminação de atos normativos contrários à Constituição. Dado que se trata de um processo objetivo, a legitimidade para solicitar este controle é geralmente reservada a um número restrito de entidades.¹¹⁸

O processo pelo qual se realiza o controle concentrado de constitucionalidade é caracterizado como sendo objetivo, tendo em vista que, em seu âmbito, inexistente lide, isto é, inexistente conflito intersubjetivo oriundo de uma pretensão resistida, inexistindo, assim, partes processuais. Nesse sentido, os legitimados ativos das ações que visam provocar a Corte Constitucional para a realização do controle concentrado de constitucionalidade não pretendem alcançar a tutela de direitos subjetivos, mas sim a defesa da ordem constitucional objetiva.¹¹⁹

As ações que visam ao controle concentrado de constitucionalidade estão contempladas na Constituição Federal. São elas: a) ação direta de inconstitucionalidade genérica (art. 102, I, “a”); b) ação direta de inconstitucionalidade interventiva (art. 36, III); c) ação direta de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2º); d) ação declaratória de constitucionalidade (art. 102, I, “a”, *in fine*; EC nº 03/93); e) arguição de descumprimento de preceito fundamental (art. 102, § 1º).¹²⁰

Por fim, registra-se que o controle *in abstracto* da constitucionalidade também constitui em importante instrumento garantidor da superioridade hierárquica da Constituição frente ao ordenamento jurídico, tendo em vista que possui o papel de fiscalizar se as normas jurídicas são compatíveis com a ordem constitucional objetiva, independentemente da existência de caso concreto.

2.6. Efeitos

¹¹⁷ DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. *Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais*. São Paulo: Atlas. 2011, p. 77.

¹¹⁸ José Joaquim Gomes Canotilho *apud* CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 382.

¹¹⁹ FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 221.

¹²⁰ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 737.

No controle difuso de constitucionalidade, tem-se que o afastamento da norma considerada inconstitucional ocorre somente no que tange à relação jurídica travada entre as partes da demanda em que a inconstitucionalidade foi, incidentalmente, reconhecida. Nesse sentido, assenta Kildare Gonçalves Carvalho que:

Declarada a inconstitucionalidade da lei, o pronunciamento jurisdicional, que tem o condão, apenas, de afastar a incidência da norma viciada, vale tão-somente em relação às partes (*inter partes*) do processo que provocou a declaração, pelo que a lei continua válida em relação a terceiros.¹²¹

Porém, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 52, inciso X, a possibilidade, mediante atuação do Senado Federal, de se conferir à decisão em sede de controle concentrado de constitucionalidade efeitos *erga omnes*, isto é, efeitos que atingem terceiros distintos das partes envolvidas na lide.¹²² O artigo 52, inciso X estabelece, *in verbis*, que:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Tal previsão constitucional tem como fundamento preservar a segurança jurídica no que diz respeito à aplicação das leis ou atos normativos. Isto é, evita-se a insegurança jurídica decorrente do fato de que, para relações jurídicas regidas pela mesma norma, esta não seja aplicada por determinados magistrados, por entendê-la inconstitucional, e, em contraponto, seja aplicada por outros juízes, que a consideram constitucional.¹²³

Nesse sentido, conforme Dirley da Cunha Júnior:

Visava-se, com isso, evitar a proliferação de ações judiciais propostas por todos aqueles que, igualmente, se sentissem afetados pela lei ou ato inconstitucional e, decerto, prevenir a possibilidade de conflitos de decisões – que tanto maculam a segurança jurídica e a certeza do direito – entre os vários órgãos judiciários competentes para a realização do controle.¹²⁴

¹²¹ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 381.

¹²² GONÇALVES, Yáskara Luana; SCHULZE, Clenio Jair. *O controle difuso de constitucionalidade no STF e o papel do Senado Federal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3680, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25028>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

¹²³ GONÇALVES, Yáskara Luana; SCHULZE, Clenio Jair. *O controle difuso de constitucionalidade no STF e o papel do Senado Federal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3680, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25028>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

¹²⁴ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Controle de constitucionalidade: teoria e prática*. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 171.

O Senado Federal poderá suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal mediante resolução, após comunicação da decisão, já devidamente transitada em julgado, pelo próprio Tribunal (art. 178, Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).¹²⁵ A Casa Legislativa conhecerá da declaração, ainda, através de representação do Procurador-Geral da República ou projeto de resolução de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que formulará projeto de resolução suspendendo a execução da lei, no todo ou em parte (artigo 386, Regimento Interno do Senado Federal).^{126_127}

Em relação aos efeitos temporais, no controle em concreto, a decisão que declara ser inconstitucional determinado dispositivo normativo produz efeitos *ex tunc*, isto é, “retroage para retirar a validade da norma desde sua origem, porque tida como nula”.¹²⁸

Porém, os efeitos temporais do controle concreto de constitucionalidade têm sido mitigados pela Corte Constitucional, tendo em vista ser possível ao Supremo Tribunal modular tais efeitos no sentido de conferir à decisão sobre a inconstitucionalidade eficácia *ex nunc*.¹²⁹ Isso ocorrerá quando a declaração de inconstitucionalidade, com a consequente nulidade da norma em relação à lide discutida em juízo, possa resultar em grave ameaça à segurança jurídica, aplicando-se ao controle difuso, analogicamente, o artigo 27 da Lei n. 9.868/99, que regula tal possibilidade para o controle concentrado.¹³⁰ Nesse caso, “a prevalência do

¹²⁵ Art. 178. Declarada, incidentalmente, a inconstitucionalidade, na forma prevista nos arts. 176 e 177, far-se-á comunicação, logo após a decisão, à autoridade ou órgão interessado, bem como, depois do trânsito em julgado, ao Senado Federal, para os efeitos do art. 52, X, da Constituição.

¹²⁶ Art. 386. O Senado conhecerá da declaração, proferida em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade total ou parcial de lei mediante: I – comunicação do Presidente do Tribunal; II – representação do Procurador-Geral da República; III – projeto de resolução de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

¹²⁷ GONÇALVES, Yáskara Luana; SCHULZE, Clenio Jair, *Op. Cit.* Acesso em: 7 nov. 2013.

¹²⁸ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 381.

¹²⁹ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 382.

¹³⁰ Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, **restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.** (grifou-se).

interesse público [...] asseguraria, em caráter de exceção, efeitos *pro futuro* à declaração incidental de inconstitucionalidade”.¹³¹

No que diz respeito aos efeitos subjetivos da decisão em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tem-se que são eles *erga omnes*, ou seja, alcança a todos, vinculando aos seus termos, inclusive, todos os outros órgãos da Administração Pública que não pertençam ao Poder Judiciário. Regina Maria Macedo Nery Ferrari, a respeito desse assunto, discorre que:

Caracterizando um verdadeiro exercício do direito de ação, o julgamento efetuado pelo Supremo Tribunal Federal refere-se à lei em tese, e os efeitos dessa decisão deverão atingir a todas as hipóteses em que possa haver sua incidência, vale dizer, a decisão que declarou a inconstitucionalidade em tese é de alcance *erga omnes*, e reveste-se da autoridade da coisa julgada *erga omnes*, obrigando, portanto, não só o Poder Judiciário como a todos os demais poderes – Legislativo e Executivo –, implicando ainda na impossibilidade de sua modificação ulterior pelo próprio Supremo Tribunal Federal.¹³²

Quanto aos efeitos temporais, a declaração abstrata de inconstitucionalidade produzirá, em regra, efeitos retroativos. Porém, preveem os artigos 27 da Lei n. 9.868/99 e 11 da Lei n. 9.882/99 a possibilidade de se modular ou limitar os efeitos dessa declaração para que esta produza efeitos a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que o Supremo Tribunal vier a fixar.¹³³

Por fim, conforme será discutido no capítulo a seguir, registra-se que o efeito subjetivo *erga omnes*, próprio do controle concentrado de constitucionalidade, passou a ser incorporado pelo controle difuso de constitucionalidade realizado no âmbito do recurso extraordinário, tendo em vista a aplicação do novel requisito de admissibilidade do mencionado recurso, a repercussão geral. Dessa forma, o controle concreto está sofrendo uma alteração de paradigma, e passou a incorporar características próprias do controle em abstrato.¹³⁴

¹³¹ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 382.

¹³² FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 230-231.

¹³³ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 17.

¹³⁴ PINHEIRO, Paulo César Moraes. *Aspectos processuais do recurso extraordinário. Objetivação do controle difuso e aplicação da repercussão geral*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3387, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/22770>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

3. O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL E A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE REALIZADO NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

3.1. A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade

3.1.1. *Novo posicionamento sobre os efeitos das decisões proferidas pelo STF em sede de controle difuso de constitucionalidade*

Tradicionalmente, reconhece-se ao controle de constitucionalidade por via de exceção a eficácia *inter partes* e efeitos não vinculantes. Isto é, ao contrário do que ocorre no controle de constitucionalidade por via de ação, a norma incidentalmente reconhecida inconstitucional tem apenas sua aplicação afastada no caso concreto, não sendo, definitivamente, retirada do ordenamento jurídico.¹³⁵

No Brasil, entretanto, o controle difuso de constitucionalidade realizado especificamente pelo Supremo Tribunal Federal tem sofrido, nos últimos tempos, uma mudança de paradigma. Isto é, o legislador pátrio, na busca de conferir eficácia em face de todos e efeitos vinculantes às decisões proferidas pelo STF em sede de controle concreto de constitucionalidade, tem implementado, como se verá no item 3.1.4, vários mecanismos para cumprir esse fim. A jurisprudência e a doutrina também têm reconhecido características ao controle difuso que o aproximam do controle abstrato de normas, o que também será estudado no citado item.¹³⁶

Segundo elucida Alessandra Aparecida Calvoso Gomes Pignatari:

Até bem pouco tempo atrás, seria possível afirmar que, sob a ótica da eficácia subjetiva das decisões, o controle incidental, difuso e concreto se associa exclusivamente a efeitos *inter partes*, ao passo que, na fiscalização principal, concentrada e abstrata, os efeitos se

¹³⁵ CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 381.

¹³⁶ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 17.

consagram *erga omnes*. Esse cenário apresenta alterações, não mais sendo possível adotar com rigidez tal ordem de ideias.¹³⁷

A esse fenômeno de conferir às decisões da Corte Suprema emitidas em sede de controle *incidenter tantum* efeitos *erga omnes* e vinculantes dá-se o nome de abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.¹³⁸

3.1.2. O princípio do “*stare decisis*” do direito norte-americano

A ideia de ampliação da eficácia subjetiva das decisões do Supremo Tribunal proferidas no contexto do controle incidental de constitucionalidade aproxima-se do princípio do *stare decisis*, que é um dos pilares da *common law*, pelo qual o precedente judicial ganha repercussão que vai além do caso concreto, em razão de os preceitos estabelecidos na decisão se estenderem aos futuros casos semelhantes.¹³⁹

A esse respeito, Alessandra Aparecida Calvoso Gomes Pignatari leciona que:

O *stare decisis*, vale lembrar, consiste no princípio pelo qual os Magistrados devem obedecer e se pautar nas decisões prolatadas pelos órgãos judiciais de maior hierarquia, de maneira que as causas semelhantes sejam tratadas analogicamente, ainda que as partes não sejam as mesmas. O nome de origem latina advém da máxima *stare decisis et non quieta movere* (*mantenha-se a decisão e não se perturbe o que foi decidido*).¹⁴⁰

Dessa forma, passa-se a admitir na jurisprudência nacional, a partir do reconhecimento da objetivação do controle difuso de constitucionalidade, algo similar com o princípio do *stare decisis* americano, onde os precedentes judiciais, oriundos de processos subjetivos, passam a influir para além dos limites do processo primitivo, aplicando-se de forma geral.¹⁴¹

¹³⁷ PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvoso Gomes. Eficácia subjetiva das decisões judiciais no controle difuso-incidental de constitucionalidade. Revista da AJURIS, Ano XXXIX, n. 125, março/2012, p.46.

¹³⁸ AMORIM, Filipo Bruno Silva. A objetivação do controle difuso de constitucionalidade. Revista da AGU, n. 34 – Brasília/DF, out./dez. 2012, p. 114.

¹³⁹ PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvoso Gomes. Eficácia subjetiva das decisões judiciais no controle difuso-incidental de constitucionalidade. Revista da AJURIS, Ano XXXIX, n. 125, março/2012, p. 34.

¹⁴⁰ PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvoso Gomes. Eficácia subjetiva das decisões judiciais no controle difuso-incidental de constitucionalidade. Revista da AJURIS, Ano XXXIX, n. 125, março/2012, p. 34, grifo do autor.

¹⁴¹ ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa; BARROS, Luciano José Pinheiro. O estreitamento da via difusa no controle de constitucionalidade e a comprovação da repercussão geral nos recursos extraordinários. Disponível em:

3.1.3. Importância da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade

Segundo concepção clássica, mesmo o controle difuso de constitucionalidade realizado no âmbito do STF, deve produzir eficácia *intra muros* e efeitos não vinculantes. Isso, porém, representa uma contradição, considerando que o STF é o órgão jurisdicional que detém o monopólio da última palavra sobre interpretação de norma constitucional (artigo 102, *caput*, Constituição Federal de 1988), cabendo exclusivamente a esse Tribunal, inclusive, a realização do controle abstrato de constitucionalidade de normas. Nas palavras de Sidney Silva de Almeida:

Nessa hipótese específica, a concepção clássica vem sofrendo duras críticas da doutrina, que não mais tem admitido a ideia de que uma decisão da corte suprema, principal guardiã da Constituição, declarando a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, não opere efeitos *erga omnes* e vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública. (...) Não há justificativa plausível para se retirar a eficácia *erga omnes* de uma decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, declaratória da inconstitucionalidade de uma lei “X”, e conferir eficácia *erga omnes* e efeito vinculante à decisão liminar da mesma corte, em relação à mesma lei “X”, pelo só fato de aquela primeira decisão se dar em sede de controle difuso e a segunda no âmbito do controle concentrado. O órgão responsável pelo pronunciamento acerca da inconstitucionalidade é o mesmo, e a lei ou ato normativo impugnado também pode ser o mesmo, diversificando-se os efeitos da decisão apenas em decorrência da via processual que adotou o interessado na busca da manifestação do Supremo Tribunal Federal.¹⁴²

Nessa perspectiva, considerando que o papel da Corte Suprema é a de interpretar, de forma definitiva, os dispositivos da Constituição Federal, conferindo uniformidade à interpretação da Lei Maior, não há razão para deixar de conferir às suas decisões proferidas no âmbito do controle incidental de constitucionalidade os mesmos efeitos dos pronunciamentos realizados em sede de controle principal de constitucionalidade. Assim entendem Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha:

O Supremo Tribunal Federal mantém a função precípua de guardião da Constituição Federal. Compete-lhe a guarda da Constituição, preservando e interpretando as normas constitucionais. Nessa função de preservar e interpretar as normas da Constituição Federal, deve-se considerar inserida a função de *uniformizar* a jurisprudência

<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/recife/teoria_hermen_marcelo_labanca_e_lucia_no_barros.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2014.

¹⁴² ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 17.

nacional quanto à interpretação das normas constitucionais. Daí por que as decisões do STF, ainda que no âmbito do controle difuso de constitucionalidade, despontam como *paradigmáticas*, devendo ser seguidas pelos demais tribunais da federação.¹⁴³

Ao tratar sobre os efeitos *ultra partes* e vinculantes produzidos pela declaração de inconstitucionalidade de lei no contexto do controle abstrato de constitucionalidade, comparando-os com a eficácia subjetiva produzida pelo reconhecimento de inconstitucionalidade de lei no âmbito do controle incidental, Pedro Roberto Decomain ressalta que:

Se assim é no terreno do controle abstrato ou mediante ação, não se compreende porque não deva ocorrer o mesmo quando o STF declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo outro, em sede de controle difuso, incidental ou concreto.

A competência para dizer finalmente da conformidade do texto normativo com a Constituição era sua. Nos dois casos, estará exercendo verdadeiramente o seu papel de guardião da Constituição, proclamando, quando for o caso, a ofensa a ela, contida em um dado texto normativo.

Pelos dois caminhos – incidental e concreto ou mediante ação e abstrato –, pode chegar ao mesmo resultado. A única circunstancial diferença, resultando no modo como o tema chegou ao seu conhecimento e decisão – no controle incidental, em processo ajuizado por uma parte em face da outra, para resolver uma lide; no controle mediante ação, por pedido direto formulado por alguém a tanto legitimado –, não é suficiente para afastar o reconhecimento da eficácia vinculante também quando se tratar de decisão de inconstitucionalidade proferida pelo caminho difuso e incidental.¹⁴⁴

Seguindo, também, esse entendimento, Juliano Fernandes Escoura afirma que:

[...] não há que se falar em níveis de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo, e, por consequência, da prevalência da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no método concentrado sobre a decisão proferida pelo Plenário deste mesmo órgão no método difuso, não existindo motivos plausíveis para tanto.¹⁴⁵

Ademais, a tese da abstrativização do controle concreto de constitucionalidade coaduna-se com o princípio da economia processual. Isto é, evita-se que a máquina judiciária, que demanda muitos gastos financeiros e de

¹⁴³ DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de direito processual civil – meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. Volume 3. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 338, grifo do autor.

¹⁴⁴ DECOMAIN, Pedro Roberto. *Recurso extraordinário representativo da controvérsia e decisão com eficácia erga omnes: o art. 52, X, da CF*. Revista dialética de direito processual (RDDP), n. 126, setembro/2013, p. 112.

¹⁴⁵ ESCOURA, Juliano Fernandes. *Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade*. Repertório de jurisprudência IOB, 2ª quinzena de fevereiro de 2009, n. 04/2009, Volume I, p. 165.

tempo, se movimente quando os órgãos judiciais inferiores adotam o posicionamento firmado pelo STF em sede de controle difuso, pois se reconhece que o guardião maior da Constituição já se pronunciou sobre a inconstitucionalidade de determinada lei.¹⁴⁶ Prolatar uma decisão em situação de confronto com o posicionamento do STF permitiria, desnecessariamente, o prosseguimento da demanda, já que obrigaria o sucumbente a recorrer a este Tribunal, onde, fatalmente, o seu recurso seria provido.¹⁴⁷

Ainda no que diz respeito ao princípio da economia processual, Luís Roberto Barroso sustenta que seria um excesso, uma violação ao citado postulado, obrigar um dos legitimados do artigo 103 da Constituição Federal a propor ação direta para produzir uma decisão que já foi produzida no contexto do controle difuso, simplesmente pelo fato de não se conferir a esse tipo de controle de constitucionalidade o mesmo alcance e os mesmos efeitos reconhecidos ao controle realizado por via de ação.¹⁴⁸

O princípio da igualdade perante a lei, previsto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, também é observado quando se reconhece às decisões do STF proferidas no âmbito do controle concreto de constitucionalidade eficácia *ultra partes* e efeitos vinculantes. Segundo esse princípio, é necessário conferir, para situações iguais, tratamento jurisdicional igual. Quando o Supremo Tribunal reconhece o vício de inconstitucionalidade de uma determinada lei e, por consequência, afasta sua aplicação no caso concreto, estará exercendo sua função principal de Tribunal guardião da Constituição Federal. Porém, por não se reconhecer a essa decisão caráter vinculante e eficácia *erga omnes*, poderá qualquer outro órgão jurisdicional entender pela constitucionalidade da mesma lei, aplicando-a para a solução do mérito da lide que lhe foi apresentada, gerando, conseqüentemente, decisão divergente àquela prolatada pelo órgão responsável pela última palavra sobre matéria constitucional, o que viola o princípio da igualdade

¹⁴⁶ ESCOURA, Juliano Fernandes. *Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade*. Repertório de jurisprudência IOB, 2ª quinzena de fevereiro de 2009, n. 04/2009, Volume I, p. 165.

¹⁴⁷ ZAVASCKI, Teori Albino. *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 35-36.

¹⁴⁸ BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 157-158.

perante a lei, pois se confere a duas situações semelhantes tratamentos jurídicos diferentes.¹⁴⁹

Não se pode deixar de mencionar que, na situação descrita acima, o princípio da segurança jurídica igualmente será afetado, pois se permite que decisões divergentes sobre idêntica matéria sejam prolatadas pelo mesmo Poder Judiciário,¹⁵⁰ o que se torna ainda mais grave quando a divergência é oriunda do fato de um determinado juiz optar por não seguir o entendimento da Corte Suprema, deixando de reconhecer a função constitucional do STF de órgão uniformizador da interpretação dos dispositivos da Carta da República.

Conclui-se, assim, que não há como deixar de reconhecer que conferir caráter abstrato às decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas no controle concreto de constitucionalidade eleva a Corte Suprema brasileira à verdadeira posição de Corte Constitucional, valorizando sua função precípua de guardar a Lei Maior e de uniformizar a interpretação da norma constitucional.

3.1.4. Mecanismos de abstrativização do controle difuso de constitucionalidade

3.1.4.1. Mecanismos introduzidos pela jurisprudência

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem caminhado no sentido de introduzir características próprias dos processos objetivos no controle concreto de constitucionalidade. Segundo Clarissa Teixeira Paiva, “essas mudanças têm alterado significativamente o controle de constitucionalidade brasileiro por meio de uma aproximação cada vez mais evidente entre os modelos concreto e abstrato”.¹⁵¹

Primeiramente, cita-se, a admissão, pelo STF, da possibilidade de se aplicar o instituto da modulação ou limitação dos efeitos temporais das decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade em relação também àquelas produzidas pela via incidental de controle, mediante a aplicação analógica do artigo 27 da Lei n. 9.868/99. Dentre vários julgados existentes nesse

¹⁴⁹ ZAVASCKI, *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 26.

¹⁵⁰ ZAVASCKI, Teori Albino. *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 26.

¹⁵¹ PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU, Ano VII, n. 17 – Brasília/DF, jul./set. 2008, p. 58-59.

sentido, verifica-se o trecho, abaixo descrito, da decisão proferida no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 353.508-1/RJ:

O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido, excepcionalmente, a possibilidade de proceder à modulação ou limitação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, mesmo quando proferida, por esta Corte, em sede de controle difuso.¹⁵²

De acordo, ainda, com o Supremo Tribunal, à semelhança do que já ocorre no julgamento das ações de controle *principaliter tantum*, a causa de pedir do recurso extraordinário deve ser considerada aberta, possibilitando à Corte Suprema decidir questões de constitucionalidade com base em fundamentos diferentes daqueles enfrentados pelo tribunal *a quo*, flexibilizando, destarte, a necessidade do cumprimento do requisito do prequestionamento para a admissão do recurso extremo.^{153_154} Verifica-se, por exemplo, trecho da ementa do julgamento do RE n. 298.694/SP: “[...] possibilidade de confirmação da decisão recorrida por fundamento constitucional diverso daquele em que se alicerçou o acórdão recorrido [...]”.¹⁵⁵

Nesse sentido, Paulo Vitor da Silva Probst, quando passa a citar casos jurisprudenciais importantes para a defesa da tese da objetivação do controle difuso, afirma que:

Outro exemplo seria o RE 298.694, [...] em que foi decidido admitir que o STF julgue recurso extraordinário baseado em fundamentos diversos dos enfrentados pelo Tribunal de origem. Trazendo a causa de pedir aberta do controle concentrado para o bojo do recurso extraordinário, o Pretório Excelso admitiu que a questão constitucional fosse decidida com base em argumentos diferentes, mesmo que o tribunal não os tenha ventilado. Mais um caso de aproximação entre controle difuso e concentrado.¹⁵⁶

¹⁵² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 353.508 - AgR / RJ; Relator: Min. CELSO DE MELLO; Órgão julgador: 2ª Turma; Data do julgamento: 15/05/2007; DJ: 29/06/2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469860>>. Acesso em 11 mar. 2014, às 22h30.

¹⁵³ DIDIER JUNIOR, Fredie. O recurso extraordinário e a transformação do controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro. In: ALENCAR, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de. Direitos fundamentais na constituição de 1988: estudos comemorativos aos seus vinte anos. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008, p. 206-207.

¹⁵⁴ AMORIM, Filipo Bruno Silva. A objetivação do controle difuso de constitucionalidade. Revista da AGU, n. 34 – Brasília/DF, out./dez. 2012, p. 140-141.

¹⁵⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 298.694 / SP; Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 06/08/2003, DJ: 23/04/2004. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=260435>>. Acesso em: 13 mar. 2014, às 22h.

¹⁵⁶ PROBST, Paulo Vitor da Silva. A objetivação do recurso extraordinário. Revista de Processo, Ano 36, v. 197, julho/2011, p. 97.

Consigna-se, também, o recente julgamento do Supremo Tribunal Federal acerca do alcance da atribuição do Senado Federal prevista no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, o qual foi proferido na Reclamação Constitucional n. 4335/AC, cujo julgamento foi iniciado em 1º de fevereiro de 2007 e finalizado em 20 de março de 2014.¹⁵⁷

Segundo o mencionado dispositivo constitucional, cabe ao Senado Federal conferir, mediante resolução, eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes às decisões definitivas proferidas pelo Supremo Tribunal no âmbito do controle incidental de constitucionalidade.

Ocorre que em seus votos, proferidos em 2007, os Ministros Gilmar Ferreira Mendes, relator do processo, e Eros Grau, atualmente aposentado, fixaram posicionamento no sentido de que a norma constitucional que confere ao Senado Federal a atribuição de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF tem mero efeito de publicidade, tendo em vista que “as decisões da Corte sobre a inconstitucionalidade de leis tem eficácia normativa, mesmo que tomadas em ações de controle difuso.”¹⁵⁸

Por sua vez, o Ministro Teori Albino Zavascki, em seu voto proferido quando da retomada do julgamento em 2014, salientou que:

[...] embora o artigo 52, inciso X, da Constituição estabeleça que o Senado deve suspender a execução de dispositivo legal ou da íntegra de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF, as decisões da Corte, ao longo dos anos, têm-se revestido de eficácia expansiva, mesmo quando tomadas em controvérsias de índole individual.

É inegável que, atualmente, a força expansiva das decisões do STF, mesmo quando tomadas em casos concretos, não decorre apenas e tão somente da resolução do Senado, nas hipóteses do artigo 52, inciso X, da Constituição.¹⁵⁹

Entretanto, apesar de registrar, na fundamentação de seu voto, o entendimento acima exposto sobre a força expansiva das decisões do Supremo

¹⁵⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2381551>>. Acesso em: 21 mar. 2014, às 15h.

¹⁵⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=262988&tip=UN>>. Acesso em: 21 mar. 2014, às 15h30.

¹⁵⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=262988&tip=UN>>. Acesso em: 21 mar. 2014, às 15h40.

Tribunal proferidas em casos concretos, o Ministro Teori Albino Zavascki acolheu a Reclamação 4335 com base tão somente na violação à súmula vinculante nº 26 do STF, cujo posicionamento foi seguido, igualmente, pelos Ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Celso de Mello.¹⁶⁰

Por fim, anota-se, ainda nessa perspectiva, esclarecimento da doutrina de Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco:

Parece legítimo entender que a fórmula relativa à suspensão de execução da lei pelo Senado Federal há de ter simples efeito de publicidade. Dessa forma, se o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental, chegar à conclusão, de modo definitivo, de que a lei é inconstitucional, essa decisão terá efeitos gerais, fazendo-se a comunicação ao Senado Federal para que publique a decisão no Diário do Congresso. Tal como assente, não é (mais) a decisão do Senado que confere eficácia geral ao julgamento do Supremo. A própria decisão da Corte contém essa força normativa. [...] Assim, o Senado não terá a faculdade de publicar ou não a decisão, uma vez que não cuida de decisão substantiva, mas de simples dever de publicação [...]. A não-publicação não terá o condão de impedir que a decisão do Supremo assuma a sua real eficácia.¹⁶¹

Portanto, considerando os exemplos acima mencionados, verifica-se uma tendência na Corte Suprema em aceitar a tese da abstrativização do controle difuso, fazendo incidir no âmbito da fiscalização incidental institutos próprios do controle concentrado.

3.1.4.2. *Mecanismos introduzidos pela doutrina*

Diante da vocação expansiva atualmente reconhecida aos efeitos produzidos pela decisão proferida em sede de controle difuso de constitucionalidade, a doutrina também tem reinterpretado algumas previsões normativas a fim de imprimir avanço à tese da objetivação do controle incidental.

Eduardo Appio, um dos doutrinadores que defende a abstrativização da fiscalização de constitucionalidade pela via difusa, entende pela possibilidade de ajuizamento de ação rescisória quando houver posterior decisão do Supremo Tribunal Federal que declare, mesmo que incidentalmente, a incompatibilidade com

¹⁶⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=262988&tip=UN>>. Acesso em: 26 jun. 2014, às 10h40.

¹⁶¹ MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO; Inocêncio Mártires, BRANCO; Paulo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 1.090.

a Constituição Federal da lei utilizada na decisão rescindenda.¹⁶² Segundo o mencionado autor:

As decisões judiciais que conflitam com a melhor interpretação constitucional, mesmo as transitadas em julgado, devem ser revisadas, no prazo da ação rescisória [...], já que contrariavam (desde a data em que proferidas) com a Constituição vigente (interpretada pelo Supremo).¹⁶³

Fredie Didier Junior e Leonardo José Carneiro da Cunha levantam outro raciocínio que leva à conclusão pela aceitação, no âmbito doutrinário, da tese da objetivação do controle difuso de constitucionalidade. Esse raciocínio diz respeito à extensão das hipóteses de cabimento da reclamação constitucional prevista no artigo 102, inciso I, alínea “I”, da Constituição Federal.

Tradicionalmente, entende-se que o instrumento da reclamação é cabível para garantir a autoridade das decisões do STF proferidas em sede de controle concentrado ou de suas súmulas vinculantes. Porém, os mencionados professores entendem pela possibilidade de seu cabimento abranger também os casos de desrespeito às decisões do Tribunal Supremo emitidas no bojo do controle difuso:

Tudo isso conduz a que se admita a ampliação do cabimento da reclamação constitucional, para abranger os casos de desobediência a decisões tomadas pelo Pleno do STF em controle difuso de constitucionalidade, independentemente da existência de enunciado sumular de eficácia vinculante. É certo, porém, que não há previsão expressa neste sentido (fala-se de reclamação por desrespeito a “súmula” vinculante e a decisão em ação de controle concentrado de constitucionalidade). Mas a nova feição que vem assumindo o controle difuso de constitucionalidade, quando feito pelo STF, permite que se faça essa interpretação extensiva, até mesmo como forma de evitar decisões contraditórias e acelerar o julgamento das demandas.¹⁶⁴

Destarte, verifica-se pelos exemplos mencionados que a doutrina também tem reconhecido como viável a tese da objetivação do controle difuso de constitucionalidade.

¹⁶² ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 23.

¹⁶³ Eduardo Appio *apud* ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 23.

¹⁶⁴ DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de direito processual civil – meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. Volume 3. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 366.

3.1.4.3. *Mecanismos introduzidos pelo legislador*

A introdução, pelo legislador infraconstitucional, responsável pelas alterações no Código de Processo Civil, e pelo Poder Constituinte derivado, responsável pela criação de institutos como a repercussão geral e a súmula vinculante, de vários instrumentos tendentes a atribuir às decisões do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do controle difuso, eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes é uma realidade crescente no Brasil.¹⁶⁵

Primeiramente, cita-se a modificação, pela Lei n. 9.756/98, da redação do parágrafo único do artigo 481 do Código de Processo Civil. Segundo esse dispositivo normativo, os órgãos fracionários dos tribunais estão isentos de submeter ao plenário, ou ao órgão especial, para fins de cumprimento do disposto no artigo 97 da Constituição Federal (cláusula de reserva de plenário), a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão em sede de controle difuso.¹⁶⁶

Outra hipótese prevista na legislação processual civil encontra-se no parágrafo único do artigo 741, inserido no Código de Processo Civil pela Lei n. 11.232/05. Nos termos dessa norma, poderão ser interpostos embargos à execução contra a Fazenda Pública embasados na inexigibilidade de título judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da via incidental de controle de constitucionalidade.¹⁶⁷

Registra-se também o exemplo do artigo 475, § 3º do Código de Processo Civil, cuja redação foi dada pela Lei n. 10.352/01. Conforme essa norma, nas decisões proferidas em desfavor da Fazenda Pública, não incidirá a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal, mesmo quando esta for consolidada no contexto do controle *incidenter tantum*, a despeito de haver súmula vinculante ou não.¹⁶⁸

¹⁶⁵ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 17.

¹⁶⁶ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 18-19.

¹⁶⁷ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 19.

¹⁶⁸ AMORIM, Filipo Bruno Silva. *A objetivação do controle difuso de constitucionalidade*. Revista da AGU, n. 34 – Brasília/DF, out./dez. 2012, p. 118.

A partir dos exemplos acima citados, resta evidente o esforço do legislador infraconstitucional em buscar conferir às decisões do Supremo Tribunal Federal eficácia objetiva.

No que diz respeito às alterações realizadas na Constituição Federal, cita-se a introdução, em nosso ordenamento jurídico, dos institutos da repercussão geral e da súmula vinculante.

A súmula vinculante foi uma inovação trazida pela Emenda Constitucional n. 45/04. Por meio desse instrumento, o STF pode conferir efeitos vinculantes e *erga omnes* à sua jurisprudência, determinando a todos os demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública a observância de suas decisões, inclusive quando proferidas no âmbito do controle difuso de constitucionalidade.¹⁶⁹

A repercussão geral também foi uma inovação trazida pela Emenda Constitucional n. 45/04. Através desse mecanismo, passa-se a exigir o cumprimento de mais um requisito para a admissibilidade do recurso extraordinário, qual seja a demonstração da relevância e da transcendência da matéria constitucional discutida no caso. Como será visto a seguir, por ser objeto de estudo do presente trabalho, a adoção desse novo pressuposto de admissão do recurso extremo deverá conferir feição objetiva a este meio de impugnação, o que, por consequência, enseja a objetivação do controle difuso de constitucionalidade realizado em seu âmbito.¹⁷⁰

3.2. A influência do instituto da repercussão geral para a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade

3.2.1. O recurso extraordinário e o controle difuso de constitucionalidade

Ao Supremo Tribunal Federal é aberta a possibilidade de exercer tanto o controle *in concreto* de constitucionalidade quanto o controle *in abstracto*, sendo que, conforme Ulisses Schwarz Viana, “[...] é no modo difuso de controle de constitucionalidade, naquele exercido especificamente pelo Supremo Tribunal Federal, que encontramos sua figura central: o recurso extraordinário”.¹⁷¹

¹⁶⁹ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 20.

¹⁷⁰ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 19-20.

¹⁷¹ VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 36.

Nesse sentido, Paulo Vitor da Silva Probst afirma que o controle difuso de constitucionalidade “é realizado predominantemente pelo chamado recurso extraordinário, instrumento essencial para se resguardar a interpretação dada pelo STF às normas constitucionais”.¹⁷²

O inciso III do artigo 102 da Constituição Federal de 1988 reserva à Corte Suprema a competência para julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão objeto de impugnação contrariar dispositivo da Constituição, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Lei Maior ou, ainda, julgar válida lei local contestada em face de lei federal.¹⁷³

Destarte, com fundamento na competência constitucionalmente conferida ao STF pelo dispositivo normativo supracitado, o controle *incidenter tantum* de constitucionalidade será exercido mediante o recurso extraordinário quando, ocorrendo a manifestação de qualquer órgão do Poder Judiciário sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo, no âmbito do controle difuso, consequentemente, oportunizar-se-á à parte interessada a possibilidade de provocar o Supremo Tribunal, via recurso extraordinário, para que este se posicione acerca da declaração do órgão *a quo* nesse particular.¹⁷⁴ Dessa forma, então, o STF exercerá o controle difuso mediante o recurso extremo.

3.2.2. A objetivação do recurso extraordinário

Como visto anteriormente, com o advento da EC n. 45/2004, a Constituição Federal passou a exigir, para a admissibilidade do recurso extraordinário, o cumprimento de mais um requisito, consubstanciado na exigência de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso concreto.¹⁷⁵

¹⁷² PROBST, Paulo Vitor da Silva. *A objetivação do recurso extraordinário*. Revista de Processo, Ano 36, v. 197, julho/2011, p. 82.

¹⁷³ “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.”

¹⁷⁴ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 15.

¹⁷⁵ Artigo 102, § 3º da Constituição Federal de 1988.

O instituto da repercussão geral exige que a matéria constitucional ventilada na demanda judicial seja suficientemente relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassando os meros interesses subjetivos das partes envolvidas na causa.¹⁷⁶

Ao tratar sobre a repercussão geral, Sidney Silva de Almeida ensina que:

Trata-se, em verdade, de mais uma hipótese em que a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida no âmbito do caso concreto, alcança pessoas que não integraram qualquer dos polos da ação onde houver o pronunciamento da corte [...].¹⁷⁷

Em decorrência das necessárias transcendência e relevância que a questão constitucional discutida no caso concreto deve possuir, verifica-se que a decisão de mérito proferida em um ou alguns recursos extraordinários vincula o Tribunal *a quo*, que se vê compelido a adotar o posicionamento fixado pela Suprema Corte, podendo, conforme o artigo 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil: a) retratar-se, caso sua decisão tenha sido contrária à do Supremo Tribunal, ou b) julgar prejudicados os demais recursos extraordinários sobrestados na origem, caso o STF tenha confirmado o posicionamento da instância inferior.¹⁷⁸

A instância *a quo*, por vezes fundamentada no princípio do livre convencimento do juiz, pode optar por não adotar a orientação firmada pelo STF mediante decisão proferida em sede de recurso extraordinário, gerando lamentável gasto de recursos financeiros, tempo e energia, num Judiciário congestionado.¹⁷⁹ No entanto, nos termos do artigo 543-B, § 4º do Código de Processo Civil, o acórdão contrário ao posicionamento adotado poderá ser cassado ou reformado, liminarmente, pelo Tribunal Supremo,¹⁸⁰ o que reforça a eficácia vinculante e *erga omnes* que a decisão meritória pronunciada em sede de recurso extremo deve ter.

Segundo Filipo Bruno Silva Amorim:

¹⁷⁶ Artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil de 1973.

¹⁷⁷ ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, junho/2013, p. 20.

¹⁷⁸ AMORIM, Filipo Bruno Silva. *A objetivação do controle difuso de constitucionalidade*. Revista da AGU, n. 34 – Brasília/DF, out./dez. 2012, p. 138.

¹⁷⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 76-77.

¹⁸⁰ Art. 543-B, § 4º. Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o **Supremo Tribunal Federal**, nos termos do Regimento Interno, **cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada**. (grifou-se).

Ora, se a discussão travada no RE para ser admitida perante o STF deve ultrapassar os interesses subjetivos envolvidos na demanda, claros parecem ser tanto a eficácia quanto o efeito que o Supremo Tribunal Federal pretende conferir ao julgado (*erga omnes* e vinculante).¹⁸¹

Conforme, ainda, Pedro Roberto Decomain:

Se a função do STF é a de conferir a definitiva interpretação a dispositivo constitucional, então nada mais razoável que, providenciando isso em recurso extraordinário representativo de controvérsia, a decisão assim proferida jungisse efetivamente os demais órgãos da jurisdição, mesmo sem edição de súmula vinculante.¹⁸²

Verifica-se, assim, que o recurso extraordinário perdeu seu caráter subjetivo, produzindo, o seu julgamento, efeitos capazes de atingir relações jurídicas travadas entre terceiros à lide processada e julgada pela Corte Constitucional. Isto é, o recurso extraordinário passou a ser instrumento utilizado para a apreciação, de forma objetiva, das questões constitucionais levadas ao Supremo Tribunal.¹⁸³

Nesse sentido, Pedro Roberto Decomain assevera que:

Particularmente na seara do recurso extraordinário, relembra-se, máxime após passar a ser exigível como um de seus pressupostos específicos de admissibilidade a repercussão geral da questão constitucional nele discutida, que não se trata de simples mecanismo processual destinado a corrigir eventual injustiça na decisão da qual se recorre. Seu propósito é bem diverso: serve a propiciar a uniformização da interpretação da Constituição Federal. Daí a justificativa da exigência de relevância. Não se trata de simples recurso, entendido como mecanismo posto ao dispor da parte para tentar reverter uma decisão na qual sucumbiu. O recurso extraordinário é muito mais que isso. Funciona como mecanismo verdadeiramente de jurisdição muito mais objetiva do que subjetiva, destinando-se a uma finalidade que é de interesse geral, seguindo para além do interesse do recorrente: obter interpretação uniforme da Constituição.¹⁸⁴

¹⁸¹ AMORIM, Filipo Bruno Silva. *A objetivação do controle difuso de constitucionalidade*. Revista da AGU, n. 34 – Brasília/DF, out./dez. 2012, p. 138.

¹⁸² DECOMAIN, Pedro Roberto. *Recurso extraordinário representativo da controvérsia e decisão com eficácia erga omnes: o art. 52, X, da CF*. Revista dialética de direito processual (RDDP), n. 126, setembro/2013, p. 96.

¹⁸³ RASLAN, Daniela Schneider. *Da superação do efeito “inter partes” das decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade pelo supremo tribunal federal, em razão do julgamento dos recursos extraordinários, em razão do requisito da repercussão geral. Da infundada participação do senado federal*. In: CASTRO, Dayse Starling Lima (Coord.). *Direito Público*. Belo Horizonte: Instituto de Educação Continuada, 2012, p. 340.

¹⁸⁴ DECOMAIN, Pedro Roberto. *Recurso extraordinário representativo da controvérsia e decisão com eficácia erga omnes: o art. 52, X, da CF*. Revista dialética de direito processual (RDDP), n. 126, setembro/2013, p. 97.

Registra-se, ainda, que, antes mesmo da existência em nosso ordenamento jurídico do instrumento da repercussão geral, já era visível a orientação do Supremo Tribunal Federal no sentido de reconhecer a objetivação do recurso extraordinário. Cita-se como exemplo trecho do voto do Ministro Gilmar Mendes, proferido em 2003, no âmbito do Processo Administrativo 318.715/STF, o qual culminou na edição da Emenda Regimental n. 12 do Regimento Interno do STF:

O recurso extraordinário deixa de ter caráter marcadamente subjetivo ou de defesa de interesse das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva. Trata-se de orientação que os modernos sistemas de Corte Constitucional vêm conferindo ao recurso de amparo e ao recurso constitucional [...]. A função do Supremo nos recursos extraordinário – ao menos de modo imediato – não é a de resolver litígios de fulano ou beltrano, nem a de revisar todos os pronunciamentos das Cortes inferiores. O processo entre as partes, trazido à Corte via recurso extraordinário, deve ser visto apenas como pressuposto para uma atividade jurisdicional que transcende os interesses subjetivos.¹⁸⁵

Conclui-se, assim, que, com a adoção do instituto da repercussão geral, o recurso extraordinário passou a ter, indubitavelmente, caráter objetivo.

3.2.3. *A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no âmbito do recurso extraordinário*

Considerando a objetivação do recurso extraordinário, em razão da introdução, no ordenamento jurídico brasileiro, do instituto da repercussão geral, ao realizar o controle incidental de inconstitucionalidade em seu âmbito, o Supremo Tribunal Federal o estará exercendo, na verdade, de forma abstrata.¹⁸⁶

Reforçando esse entendimento, Dalton Santos Moraes leciona que:

[...] vem se lançando, tanto legislativamente, quanto doutrinária e jurisprudencialmente, as bases para um controle difuso abstrativizado de constitucionalidade [...]. [...] a principal característica desta construção está relacionada com a caracterização de uma natureza objetiva ao recurso extraordinário, segundo a qual o referido recurso não deveria ser utilizado como mero instrumento de perseguição de direitos subjetivos das partes no

¹⁸⁵ DIDIER JUNIOR, Fredie. *O recurso extraordinário e a transformação do controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro*. In: ALENCAR, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de. *Direitos fundamentais na constituição de 1988: estudos comemorativos aos seus vinte anos*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008, p. 203-204.

¹⁸⁶ RASLAN, Daniela Schneider. *Da superação do efeito “inter partes” das decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade pelo supremo tribunal federal, em razão do julgamento dos recursos extraordinários, em razão do requisito da repercussão geral. Da infundada participação do senado federal*. In: CASTRO, Dayse Starling Lima (Coord.). *Direito Público*. Belo Horizonte: Instituto de Educação Continuada, 2012, p. 339.

processo judicial, mas sim como meio constitucionalmente estipulado para a preservação objetiva da própria Constituição vigente.¹⁸⁷

A partir da exigência de demonstração de transcendência e de relevância da demanda constitucional objeto do recurso extraordinário, este passou a ter caráter marcadamente objetivo. Dessa forma, as decisões do Supremo Tribunal Federal produzidas em sede de recurso extremo passaram a ter, por conseguinte, feição objetiva, sendo dotadas de eficácia objetiva (*erga omnes*) e efeitos vinculantes.¹⁸⁸

Destarte, a partir do reconhecimento da mudança de paradigma em relação aos efeitos produzidos pelas decisões meritórias do STF emitidas no bojo do recurso extraordinário, evidentemente, o controle difuso exercido também nesse âmbito incorpora a característica de objetivação, passando as declarações de inconstitucionalidade proferidas nesse contexto a produzirem efeitos *ultra partes* e vinculantes. Segundo Clarissa Teixeira Paiva:

A repercussão geral aproxima o controle concreto do controle abstrato na medida em que introduz elementos do processo objetivo no trâmite do recurso extraordinário. A primeira mudança diz respeito à própria exigência da demonstração de que a questão constitucional suscitada é relevante e transcendente ao interesse das partes, o que é uma característica do controle abstrato. Outra inovação é a existência de efeito vinculante em relação a todas as decisões proferidas nos recursos extraordinários desde a existência ou não de repercussão geral até a decisão de mérito. [...] Caso verificada a existência de repercussão geral, a decisão de mérito também é vinculante na medida em que todos os tribunais terão que adequar seus entendimentos à jurisprudência do STF. [...] Se uma determinada regra for declarada inconstitucional pelo STF no julgamento de um recurso extraordinário, o mesmo entendimento deverá ser adotado em todos os casos semelhantes que envolvam a aplicação da referida regra ao caso concreto. Essas alterações arriscam afirmações de que o recurso extraordinário teria sido transformado em instrumento do controle concentrado [...].¹⁸⁹

Nesse sentido, Ulisses Schawarz Viana afirma que “[...] a repercussão geral inaugura no sistema de controle difuso a eficácia *erga omnes*”.¹⁹⁰

¹⁸⁷ MORAIS, Dalton Santos. *Controle de constitucionalidade: exposições críticas à luz da jurisprudência do STF*. Salvador: JusPodivm, 2010, p. 99.

¹⁸⁸ ZAVASCKI, Teori Albino. *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 50.

¹⁸⁹ PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU, Ano VII, n. 17 – Brasília/DF, jul./set. 2008, p. 82.

¹⁹⁰ VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 61.

Conforme, ainda, Pedro Roberto Decomain:

Em se tratando de controle realizado incidentalmente em recurso extraordinário, ter-se-á concluído pela existência da repercussão geral, o que, a toda evidência, recomenda a vinculação, entendida aqui como extensão dos efeitos da decisão a todos os demais feitos nos quais o tema da constitucionalidade do mesmo dispositivo esteja sendo discutido.¹⁹¹

Conclui-se, assim, que o instituto da repercussão geral constitui em importante contribuição para a aproximação entre os controles concentrado e difuso de constitucionalidade, cumprindo a função essencial de conferir ao Supremo Tribunal Federal, finalmente, a posição de Corte Constitucional brasileira, efetiva guardiã das normas constitucionais, o que contribui, por conseguinte, para a manutenção da supremacia da Constituição Federal brasileira.

¹⁹¹ DECOMAIN, Pedro Roberto. *Recurso extraordinário representativo da controvérsia e decisão com eficácia erga omnes: o art. 52, X, da CF*. Revista dialética de direito processual (RDDP), n. 126, setembro/2013, p. 112-113.

CONCLUSÕES

Das considerações expostas, pode-se concluir que, atualmente, a fiscalização, em sede de recurso extraordinário, da constitucionalidade de leis ou atos normativos está passando por uma alteração de paradigma, aproximando-se, cada vez mais, do controle abstrato de constitucionalidade.

Como se viu, alterações legislativas realizadas no Código de Processo Civil e na Constituição Federal, bem como entendimentos jurisprudenciais proferidos pela Corte Suprema e, ainda, posicionamentos doutrinários, corroboram para a aceitação da tese da abstrativização do controle incidental de constitucionalidade realizado no âmbito do STF.

Essa nova concepção, pela qual os efeitos subjetivos da declaração incidental de inconstitucionalidade emitida pelo Tribunal Supremo passam a ser considerados *ultra partes* e vinculantes, deve-se, em parte, à novel previsão constitucional do instituto da repercussão geral, consubstanciado em pressuposto especial de admissibilidade do recurso extraordinário.

A repercussão geral, indubitavelmente, alterou o caráter subjetivo do recurso extremo, passando este a incorporar características próprias dos processos objetivos, servindo como forma eminentemente objetiva de apreciação das questões constitucionais levadas à Suprema Corte. Dessa forma, ocorreu a modificação dos efeitos da decisão meritória proferida no recurso extraordinário, passando esta a produzir eficácia contra todos e efeitos vinculantes.

Por conseguinte, o caráter marcadamente objetivo incorporando pelo recurso extraordinário contribui para a abstrativização do controle de constitucionalidade realizado em seu âmbito, tornando-se esta forma de fiscalização muito mais objetiva, passando a produzir eficácia *ultra partes* e efeitos vinculantes, tendo em vista a necessária transcendência que a matéria constitucional discutida no recurso extraordinário tem que, comprovadamente, possuir para a sua admissibilidade.

Como visto, a aproximação entre os controles difuso e concentrado de constitucionalidade é essencial para a concretização de princípios como o da

Supremacia da Constituição, da economia processual, da celeridade processual, da igualdade perante e da segurança jurídica.

A tese da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no âmbito do STF também possui o importante papel de reafirmar a posição da Corte Suprema como guardião da Constituição Federal, permitindo efetiva garantia de sua supremacia e força normativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sidney Silva de. *O supremo tribunal federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade*. Revista Bonijuris, v. 25, n. 6, Ano XXV, n. 595, p. 6-28, junho/2013.

AMORIM, Aderbal Torres de. *O novo recurso extraordinário: hipóteses de interposição, repercussão geral, amicus curiae, processamento, jurisprudência, súmulas aplicáveis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

AMORIM, Filipo Bruno Silva. *A objetivação do controle difuso de constitucionalidade*. Revista da AGU, n. 34 – Brasília/DF, p. 114-146, out./dez. 2012.

ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa; BARROS, Luciano José Pinheiro. *O estreitamento da via difusa no controle de constitucionalidade e a comprovação da repercussão geral nos recursos extraordinários*. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/recife/teoria_hermen_marcelo_labanca_e_luciano_barros.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2014.

ASSIS, Araken de. *Manual dos Recursos*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Senado Federal. *Regimento Interno do Senado Federal*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/regs/RegInternoSF_Vol1.pdf>.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Dezembro_2013_versao_eletronica.pdf>.

_____. Supremo Tribunal Federal. *AI 664.567 – QO / RS; Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 18/06/2007; DJ-e: 06-09-2007. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28AI%24.SCLA.+E+664567.NUME.%29+OU+%28AI.ACMS.+ADJ2+664567.ACMS.%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/bam3gho>>. Acesso em: 13 mar. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *MS 32033 / DF; Relator: Min. GILMAR MENDES; Relator para o Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 20/06/2013; DJ-e: 18/02/2014. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28controle+jurisdicional+preventivo%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/qat39sj>>. Acesso em: 13 mar. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *RE 353.508 - AgR / RJ; Relator: Min. CELSO DE MELLO; Órgão julgador: 2ª Turma; Data do julgamento: 15/05/2007; DJ: 29/06/2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=469860>>. Acesso em 11 mar. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *RE 298.694 / SP; Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 06/08/2003, DJ: 23/04/2004. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=260435>>. Acesso em: 13 mar. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *ADI 221 – MC/DF; Relator: Min. MOREIRA ALVES; Órgão julgador: Tribunal Pleno; Data do julgamento: 29/03/1990; DJ de 22/10/1993. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346262>>. Acesso em: 16 jun. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *Andamento processual da Reclamação Constitucional n. 4535/AC. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2381551>>. Acesso em: 21 mar. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *Notícias do STF. Plenário conclui julgamento sobre decisão que impediu progressão de regime. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=262988&tip=UN>>. Acesso em: 21 mar. 2014.*

_____. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral: apresentação do instituto*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARNEIRO FILHO, José Cláudio. *Breves anotações sobre o controle de constitucionalidade no Brasil*. Disponível em: <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima3-Jose-Claudio-Carneiro-Filho.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 17. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

CORRÊA, Daniel Marinho. *O controle de constitucionalidade das leis a partir da Constituição de 1988*. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9845&revista_caderno=9>. Acesso em: 17 nov. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Controle de constitucionalidade: teoria e prática*. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2012.

DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DANTAS, Ivo. *O valor da constituição: do controle da constitucionalidade como garantia da suprelegalidade constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DECOMAIN, Pedro Roberto. *Recurso extraordinário representativo da controvérsia e decisão com eficácia erga omnes: o art. 52, X, da CF*. Revista dialética de direito processual (RDDP), n. 126, p. 94-122, setembro/2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de direito processual civil – meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. Volume 3. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2012.

DIDIER JUNIOR, Fredie. *O recurso extraordinário e a transformação do controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro*. In: ALENCAR, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de. *Direitos fundamentais na constituição de 1988: estudos comemorativos aos seus vinte anos*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008, p. 194-214.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. *Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais*. São Paulo: Atlas, 2011.

DORNELAS, Henrique Lopes. *Considerações sobre o instituto da repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2878, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19140>>. Acesso em: 9 set. 2013.

ESCOURA, Juliano Fernandes. *Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade*. Repertório de jurisprudência IOB, 2ª quinzena de fevereiro de 2009, n. 04/2009, Volume I, p. 162-170.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Efeitos da declaração de inconstitucionalidade*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. *Do princípio da reserva de plenário à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3207, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21494>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *A arguição de relevância: a repercussão geral das questões constitucional e federal*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GONÇALVES, Yáskara Luana; SCHULZE, Clenio Jair. *O controle difuso de constitucionalidade no STF e o papel do Senado Federal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3680, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25028>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARINONI Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MARTINS, José Renato. *O controle de constitucionalidade das leis no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

MELLO, Vitor Tadeu Carramão. *A Repercussão Geral e a Arguição de Relevância: uma análise histórica*. Revista da PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, v. 1, n. 2, p. 165-183, jul./dez. 2011, Brasília/DF.

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO; Inocêncio Mártires, BRANCO; Paulo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRANDA, Henrique Savonitti. *Os efeitos das decisões de controle de constitucionalidade proferidas pelo STF*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-a-consolidacao-das-instituicoes/jurisdicao-constitucional-os-efeitos-das-decisoes-de-controle-de-constitucionalidade-proferidas-pelo-stf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.

PAIVA, Clarissa Teixeira. *A repercussão geral dos recursos extraordinários e a objetivação do controle concreto de constitucionalidade*. Revista da AGU, Ano VII – Número 17 – Brasília/DF, p. 47-87, jul./set. 2008.

PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvosso Gomes. Eficácia subjetiva das decisões judiciais no controle difuso-incidental de constitucionalidade. Revista da AJURIS, Ano XXXIX, n. 125, p. 13-53, março/2012.

PINHEIRO, Paulo César Moraes. *Aspectos processuais do recurso extraordinário. Objetivação do controle difuso e aplicação da repercussão geral*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3387, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22770>>. Acesso em: 12 set. 2013.

PROBST, Paulo Vitor da Silva. *A objetivação do recurso extraordinário*. Revista de Processo, Ano 36, v. 197, p. 67-105, julho/2011.

RASLAN, Daniela Schneider. *Da superação do efeito “inter partes” das decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade pelo supremo tribunal federal, em razão do julgamento dos recursos extraordinários, em razão do requisito da repercussão geral. Da infundada participação do senado federal*. In: CASTRO, Dayse Starling Lima (Coord.). *Direito Público*. Belo Horizonte: Instituto de Educação Continuada, 2012, p. 333-342.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Repercussão geral no recurso extraordinário (Lei nº 11.418) e súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)*. Revista IOB de direito civil e processual civil, v. 8, n. 48, p. 100-127, jul./ago. 2007.

VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.